



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

JOÃO MARCOS PEREIRA GRAMS

**NEUTRALISMOS E NEUTRALIDADES: CONCEPÇÕES IDEOLÓGICAS E
CULTURAIS DA POLÍTICA EXTERNA ARGENTINA NA SEGUNDA GUERRA
MUNDIAL**

Brasília-DF

2025



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

JOÃO MARCOS PEREIRA GRAMS

**NEUTRALISMOS E NEUTRALIDADES: CONCEPÇÕES IDEOLÓGICAS E
CULTURAIS DA POLÍTICA EXTERNA ARGENTINA NA SEGUNDA GUERRA
MUNDIAL**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília — UnB

Orientador: Prof. Dr. Francisco Fernando Monteoliva Doratioto

Área de Concentração: Política, Instituições e Relações de Poder

Brasília–DF

2025

JOÃO MARCOS PEREIRA GRAMS

“NEUTRALISMOS E NEUTRALIDADES: CONCEPÇÕES IDEOLÓGICAS E CULTURAIS DA POLÍTICA EXTERNA ARGENTINA NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL”

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília — UnB

27 de novembro de 2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Fernando Monteoliva Doratioto

Universidade de Brasília — Presidente

Prof. Dr. José Antonio Barbosa — Examinador interno

Prof. Dr. Pedro Henrique Soares Santos — Examinador externo

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, cujo apoio e trabalho duro durante esses 22 anos permitiram a minha chegada até esse momento da minha vida. Pouco dessa trajetória seria possível sem o empenho deles para seguir os estudos em uma das melhores universidades do país.

Agradeço a Milena Gabriel, cujo companheirismo e disposição de me ouvir divagar sobre a Argentina durante meses a fio foram essenciais para esse trabalho.

Agradeço aos amigos que sempre me incentivaram na trajetória do mestrado e aos vários que participaram integralmente do processo de reflexão sobre essa pesquisa desde seu início.

Agradeço ainda aos companheiros da JS, PDT e Fundação Leonel Brizola-Alberto Pasqualini que, em diferentes formas, incentivaram o interesse nos temas desse trabalho e na percepção do valor de lutar, nas palavras ou ações, por um mundo melhor.

Agradeço a todos os professores que me inspiraram ao longo dessa trajetória e que deram sentido real a essa jornada. Sem os vários exemplos da potencialidade da academia e da História, com certeza não teria a paixão pela pesquisa que hoje tenho muito clara dentro de mim.

Agradeço profundamente ao professor Francisco Doratioto, cujas aulas foram essenciais para a minha formação e interesse pela história americana. Sem sua orientação e compreensão durante a elaboração dessa pesquisa, não seria possível chegar à sua conclusão.

Essa jornada não foi nem rápida, nem simples. E tenho profunda admiração e carinho por todos que passaram por minha vida positivamente nesses longos anos. Essa dissertação é um ato de resiliência em frente a incontáveis crises vividas nesses 2 anos. Se a concluí e sobrevivi, devo a todos que possibilitaram que chegasse até aqui.

Publicamos para não passar a vida a corrigir rascunhos.
Quer dizer, a gente publica um livro para livrar-se dele.

Jorge Luís Borges

RESUMO

Esta dissertação examina a política de neutralidade argentina durante a Segunda Guerra Mundial, percebendo-a não como uma postura fixa, mas como um palco dinâmico de confrontos simbólicos, políticos e ideológicos. Argumenta-se que a neutralidade foi mais do que uma política de Estado; constituiu um conceito político complexo, empregado por diversos projetos de nação e cujo sentido foi continuamente adaptado para atender a interesses internos distintos. A evolução da neutralidade — desde sua gênese, atravessando os governos civis dos anos 30, os regimes militares pós-golpe de 1943, até seu abandono estratégico — espelhou e impulsionou tensões cruciais na sociedade argentina, como os embates entre culturas políticas e a ascensão das Forças Armadas. A pesquisa redefine a neutralidade não somente como uma diretriz de política externa, mas também como um alicerce ideológico e um catalisador político. Ao obrigar a definição de projetos nacionais frente à ordem global, a neutralidade intensificou a crise do Estado liberal-conservador e preparou o terreno para a hegemonia do nacionalismo militar.

Palavras-chave: Neutralidade Argentina, Segunda Guerra Mundial, Nacionalismo

RESUMEN

Esta disertación examina la política de neutralidad argentina durante la Segunda Guerra Mundial, concibiéndola no como una postura fija, sino como un escenario dinámico de confrontaciones simbólicas, políticas e ideológicas. Se argumenta que la neutralidad fue más que una política de Estado; constituyó un concepto político complejo, empleado por diversos proyectos de nación y cuyo sentido fue continuamente adaptado para responder a distintos intereses internos. La evolución de la neutralidad —desde su génesis, pasando por los gobiernos civiles de los años 30, los regímenes militares posteriores al golpe de 1943, hasta su abandono estratégico— reflejó e impulsó tensiones cruciales en la sociedad argentina, como los enfrentamientos entre culturas políticas y el ascenso de las Fuerzas Armadas. La investigación redefine la neutralidad no solo como una directriz de política exterior, sino también como un pilar ideológico y un catalizador político. Al forzar la definición de proyectos nacionales frente al orden global, la neutralidad intensificó la crisis del Estado liberal-conservador y preparó el terreno para la hegemonía del nacionalismo militar.

Palabras clave: Neutralidad Argentina, Segunda Guerra Mundial, Nacionalismo

Sumário

Sumário	8
Introdução	9
1. As origens da neutralidade argentina (1914-1938)	18
1.1 A Argentina na I Guerra Mundial: radicalismo e neutralidade	19
1.2 A derrubada do radicalismo e a formação da Concordancia	25
1.3 A Guerra do Chaco: A Concordancia e a neutralidade	29
1.4 De Justo a Ortiz: Acirramentos globais e tensões nacionais	35
2. A Concordância e a Neutralidade (1938-1943)	39
2.1 O governo Ortiz e os interesses da neutralidade.	40
2.2 Governo Castillo, neutralidade e a escalada de tensões.	52
2.3 A Reunião de Chanceleres do Rio de Janeiro (1942)	63
2.4 Rumo ao Fim da Concordância e o Golpe de 1943	66
3. O GOU, os governos militares e a neutralidade. (1943-1945)	70
3.1 O GOU e o golpe de 1943	70
3.2 Os Primeiros Governos Militares e a Disputa pela Neutralidade	76
3.3 O Governo Farrell, o fortalecimento de Perón e a Neutralidade Negociada	84
3.4 A Conferência de Chapultepec (1945)	87
3.5 O Fim da Neutralidade, a Conferência de São Francisco e a Argentina do fim da guerra	90
Considerações Finais	94
Referências	100
Fontes Primárias	103

Introdução

Este trabalho é fruto do esforço produtivo para entender a política de neutralidade argentina durante a II Guerra Mundial, com foco em seus aspectos políticos, simbólicos e a construção de uma historiografia dedicada a analisar fenômenos políticos e sociais a partir de políticas de diplomacia e relações internacionais. Apesar de um grande interesse e execução de trabalhos sobre o período pós-segunda guerra na Argentina, em especial o Peronismo, a conduta do país durante o conflito ainda carece de uma maior investigação. Dessa forma, é possível construir novas abordagens a partir do cruzamento de diferentes correntes historiográficas e pesquisas que abordem escopos além da política externa em si.

A neutralidade argentina durante a II Guerra Mundial, longe de constituir uma política externa monolítica ou uma simples abstenção diplomática, representou um dinâmico e multifacetado campo de disputa, bem como um poderoso símbolo mobilizado por diferentes projetos de nação. Este trabalho argumenta que a trajetória da neutralidade, a partir das origens de uma suposta tradição neutralista na I Guerra Mundial e nos conflitos do entre guerras, como a Guerra do Chaco, passando pelos governos da Concordância na década de 30 até seu fim a partir dos governos militares após o golpe de 1943, reflete e, ao mesmo tempo, catalisa as tensões fundamentais que moldaram a sociedade argentina no período. A análise demonstra como a defesa da neutralidade se entrelaçou com a disputa pelo poder e pela hegemonia de ideias na sociedade, o embate entre culturas políticas liberais e nacionalistas, e a crescente proeminência das Forças Armadas como um ator político decisivo na Argentina das décadas de 30 e 40.

O período central em análise, compreendido entre 1938 e 1945, constitui um arco histórico coeso, delimitado pelo segundo conflito global. Essa investigação é complementada pelo rastreamento das origens ideológicas e políticas da neutralidade no país, e suas relações com os grupos detentores do poder entre 1914 e 1938, de forma a fornecer um panorama da sociedade e das dinâmicas políticas argentinas que levaram ao contexto nacional durante a II Guerra. Este recorte temporal permite examinar como a Argentina navegou as mudanças geopolíticas continentais e de que maneira os conflitos globais exacerbaram as disputas internas pelo poder e pela definição da identidade nacional. A investigação perpassa as diferentes fases e

significados atribuídos à neutralidade: desde a neutralidade pendular, do reformismo de Roberto Ortiz, que buscava equilibrar os interesses das potências com as expectativas internas do país, até a neutralidade negociada dos governos militares do pós-1943, que a utilizaram como moeda de troca para a reinserção do país na ordem internacional emergente.

A contribuição central desta dissertação reside em reinterpretar a neutralidade não como uma decisão estática de política externa, mas como um conceito político dinâmico, cuja polissemia revela as contradições e os projetos em disputa na Argentina. Em vez de ser somente uma resposta a eventos externos, a neutralidade foi um espelho e um motor das transformações domésticas. A neutralidade ativa da Primeira Guerra Mundial, por exemplo, não foi apenas uma escolha diplomática, mas uma batalha pública sobre valores, opondo uma visão de nação alinhada à civilização ocidental a outra que priorizava a autonomia e os interesses econômicos. Da mesma forma, a neutralidade estrita do governo de Ramón Castillo não pode ser compreendida sem analisar seu papel como dogma ideológico para consolidar uma base de poder nacionalista e autoritária, que seria herdada pelo regime do pós-1943.

Este padrão demonstra que o significado da neutralidade foi constantemente redefinido para servir a diferentes agendas internas. Portanto, este trabalho não se propõe a ser somente uma história da política externa argentina, mas uma análise de como uma ideia, a neutralidade, se tornou um campo de batalha simbólico para visões concorrentes sobre a identidade do país e seu lugar no mundo. Essa evolução conceitual da neutralidade constitui o fio condutor da presente investigação.

Diante do exposto, o trabalho é guiado pela seguinte questão-problema central: Como a política de neutralidade, adotada pela Argentina em diferentes conjunturas entre 1938 e 1945, evoluiu de uma estratégia predominantemente diplomático-econômica para um pilar ideológico do nacionalismo militar, e de que forma sua defesa e seu eventual abandono funcionaram como catalisadores das crises e transformações políticas do período?

Para responder a esta questão, a pesquisa se propõe realizar os seguintes objetivos específicos:

Analisar as origens da tradição neutralista argentina, contrastando a experiência da Primeira Guerra Mundial, marcada por intensa mobilização social e debates ideológicos sobre a identidade nacional, com a da Guerra do Chaco, caracterizada por uma gestão pragmática e elitista da política externa, que visava consolidar a influência regional argentina.

Investigar as diferentes concepções e práticas de neutralidade durante os governos da *Concordância* (1938-1943), examinando a transição da neutralidade pendular e pró-aliada de Roberto Ortiz para a neutralidade estrita e intransigente de Ramón Castillo, e como essa rigidez, testada nas conferências pan-americanas, conduziu ao isolamento diplomático do país e à crise terminal do regime.

Examinar o papel central da neutralidade na ideologia do Grupo de Oficiais Unidos (GOU) e nos governos militares pós-1943, demonstrando como a defesa da soberania nacional se tornou o eixo da política do novo regime, ao mesmo tempo em que a pressão internacional e a iminente derrota do Eixo transformavam a neutralidade em um problema estratégico insustentável.

Compreender o processo de neutralidade negociada que culminou no abandono da política em 1945 com a entrada argentina no conflito, analisando as manobras diplomáticas que, por meio da adesão à Ata de Chapultepec, permitiram a reinserção da Argentina na ordem do pós-guerra e como essa transição abriu caminho para a ascensão de Juan Domingo Perón.

Esta dissertação se posiciona na intersecção de diferentes correntes historiográficas, buscando integrar suas contribuições para oferecer uma análise mais completa do fenômeno da neutralidade. O trabalho dialoga com e busca avançar em relação a quatro campos principais:

História Sociocultural e das Ideias: A pesquisa alinha-se a estudos como os de María Inés Tato (2007; 2009), Luis Alberto Romero (2003, 2016) e Oscar Terán (2008), para explorar como os conflitos globais foram internalizados pela sociedade argentina, transformando a neutralidade em um campo de batalha simbólico. Este trabalho aprofunda essa linha ao analisar como conceitos transnacionais como Ocidente e Pan-americanismo foram ativamente mobilizados pelos diferentes grupos políticos para legitimar suas posições, seja em defesa de um alinhamento com os

Aliados, percebidos como bastiões da civilização ocidental, seja em defesa da neutralidade como expressão de uma identidade nacional autônoma e hispano-católica. Essas abordagens permitem também compreender a ascensão do nacionalismo enquanto polo ideológico no país platino, suas adaptações nacionais frente a uma ideologia de grandeza enraizada na identidade nacional argentina e suas relações com os grupos políticos em constante transformação.

História da Política Externa e das Relações Internacionais: A análise engaja-se com as interpretações clássicas de Mario Rapoport (1988; 1995; 1996) e Carlos Escudé (1995; 1996; 2009), que enfatizam os condicionantes econômicos e geopolíticos da política externa argentina. A rivalidade com os Estados Unidos pelo protagonismo regional e a dependência estrutural do mercado britânico são fatores cruciais, e este trabalho utiliza essa base para demonstrar como os interesses materiais dos setores agroexportadores, por um lado, e as aspirações simbólicas dos emergentes grupos nacionalistas, por outro, influenciaram as diferentes fases e flexibilizações da política de neutralidade. São incorporadas as contribuições de Francisco Doratioto (2022) sobre a geopolítica da Bacia do Prata para contextualizar a atuação argentina na Guerra do Chaco e a rivalidade com o Brasil. A análise demonstra que a neutralidade, nesse contexto, não era somente uma postura frente a um conflito vizinho, mas uma ferramenta ativa de projeção de poder regional, destinada a conter a influência brasileira e afirmar a primazia de Buenos Aires no Cone Sul.

História Política e Militar: A dissertação se apoia em trabalhos como os de Robert Potash (1988), que desvendaram o papel central do Exército na política argentina, para explicar a ascensão do GOU e a centralidade da neutralidade em seu projeto de poder. A pesquisa detalha como a visão dos militares sobre a soberania, a modernização industrial e o equilíbrio de poder regional com o Brasil—percebido como ameaçador devido ao seu alinhamento com os EUA—moldou a fase final e mais intransigente da política neutralista, tornando-a um pilar do nacionalismo castrense.

Nova história política: De forma a realizar esse objetivo, optou-se pelo referencial da Nova História Política, tendo em vista as possibilidades colocadas por Rémond (2003), abertas ao se considerar o político enquanto um eixo de

interpretação multidisciplinar da sociedade que, em um processo de alteração de suas fronteiras e interação com outras esferas, nos permite investigar as relações da sociedade com o poder e seus processos de construção, manutenção e tomada de decisões em um modelo político institucional cada vez mais complexo e globalizado. Dessa forma, podemos empreender uma consideração dos fenômenos que não estão somente inseridos na lógica burocrática do Estado, mas também na ação, pensamento e valores dos demais atores políticos da sociedade, de forma a fazer uma reflexão sobre a construção da identidade nacional e do Estado, como exemplificado no caso da historiografia brasileira por Gomes (1996).

A principal contribuição desta dissertação reside na síntese dessas abordagens. Ao invés de tratar a política externa, a cultura política e a história militar como domínios separados, o trabalho demonstra de forma sistemática a interconexão entre eles. Fica evidente que, para a Argentina neste período, a política externa era política interna, e vice-versa. Como exemplo disto, podemos destacar o Pacto Roca-Runciman, um acordo de comércio exterior, que tornou-se um dos principais catalisadores do nacionalismo doméstico. A pressão norte-americana na Conferência do Rio de Janeiro não somente isolou o país diplomaticamente, mas também acelerou a crise de legitimidade interna que culminou no golpe militar de 1943. Este trabalho, portanto, trata a neutralidade como um fenômeno amplo, que permeou diversos níveis da vida nacional.

Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa adota uma abordagem de história política e social para olhar para processos sociais. A metodologia combina a análise de conjuntura, focada em eventos-chave que funcionaram como pontos de inflexão — tais como as conferências Pan-Americanas (Lima, Panamá, Havana, Rio de Janeiro, Chapultepec), a Batalha do Rio da Prata, as crises de governo e o golpe de 1943 — com a análise estrutural. Esta última se concentra na evolução das culturas políticas (liberal, conservadora, nacionalista, militarista) e das ideologias que sustentaram as diferentes posições sobre a neutralidade ao longo do período.

No arcabouço teórico, é importante destacar alguns conceitos fundamentais para a conclusão dessa pesquisa. Em primeiro lugar, a noção das ideias políticas enquanto objetos históricos, como colocado por Winock (2003), permite traçar a ponte entre os atos realizados pelos tomadores de decisão e a cadeia de

pensamento que levou a determinado curso de ação para compreender o aparelho ideológico do Estado, entendendo as ideias dominantes em um determinado momento e as relações com o grupo no poder, realizando uma síntese das ações, signos e símbolos políticos para localizar a origem e a materialização das ideias na prática do político.

É também proveitosa a visão introduzida por Pocock (2013) da possibilidade de se reinterpretar uma ideia enquanto objeto histórico ao reconstruir o discurso político produzido pelos atores políticos em um determinado período. A historiografia se transforma assim em um elemento fundamental para estabelecer as características de um pensamento político através dos discursos e ideologias presentes em seu contexto histórico. O pensamento político é, portanto, significado a partir de sua expressão prática no discurso político, ou seja, a partir da ação e da manifestação do pensamento em uma esfera material e as condições contextuais e textuais dessa manifestação.

O segundo elemento fundamental para a organização teórica deste texto é a relação e as interações entre a política interna e a política externa. A partir do desenvolvimento e sofisticação dos aparatos estatais e da expansão do papel do Estado na sociedade, a política externa deixa de se colocar em uma esfera autônoma do poder para então ser inserida em um sistema de profunda interação com a política interna de uma comunidade, de tal forma que o interno passa a influir e ser influenciado profundamente pelo externo. Nesse sentido, a aplicação mais notável dessa interação é a necessidade, de forma a garantir a narrativa da soberania, de se estabelecer uma identidade nacional baseada na história para se legitimar frente ao concerto de nações, identidade essa que pode ser interpretada de diferentes maneiras por diferentes sujeitos, assim como os modelos adotados para se conquistar os seus objetivos podem divergir significativamente. Especialmente relevante para as nações latino-americanas está também a forma em que as estratégias utilizadas para a superação do subdesenvolvimento são traduzidas dinamicamente nessa troca entre a política externa e a interna, de forma que a ideologia, definida na disputa entre os grupos e mecanismos de poder na sociedade, dita os objetivos abstratos da política externa, mas deixa em aberto as formas materiais de sua execução. (Milza, 2003)

O terceiro conceito usado na elaboração da análise, e o mais fundamental para compreender as relações estabelecidas entre o poder, a sociedade e a política de neutralidade, é a noção de cultura política. Esse conceito, como colocado por Batista (2016), foi formulado inicialmente na ciência política e posteriormente aglutinado pela historiografia de forma a permitir uma abordagem cultural do poder ao buscar incorporar as questões subjetivas como valores, crenças, sentimentos e outros ao processo de análise histórica. Mas não se trata somente de entender o arcabouço individual, mas também como esses elementos individuais se constroem coletivamente e conforme expostos na ação política e entender que:

As ações influenciam as representações, que nelas se inspiram e buscam forma, e também garantem sua reprodução através de práticas rituais. Porém, as representações, ou os diferentes modos como os grupos figuram o mundo, são determinantes para suas escolhas e ações, pois os homens agem a partir de apreensões da realidade. (Motta, 2009, p. 23)

O fator essencial para o uso da cultura política é o entendimento de que podemos compreender os elementos abstratos que motivaram um determinado processo de tomada de decisões através das crenças, valores e outros elementos culturais subjetivos dos indivíduos inseridos nos coletivos políticos.

O conceito de neutralidade é tratado como uma categoria analítica central, cuja definição e função se transformam de acordo com o contexto e os atores que a mobilizam. Identificando suas diversas manifestações, que vão além da definição jurídica e adquirem contornos políticos específicos: a neutralidade ativa da Primeira Guerra Mundial; a neutralidade pragmática e flexível da Guerra do Chaco; a neutralidade pendular do governo Ortiz; a neutralidade estrita do governo Castillo; e, finalmente, a neutralidade negociada dos governos militares.

A argumentação é sustentada por uma análise crítica de um corpo documental diversificado, reconstruído a partir da bibliografia especializada consultada:

Fontes Primárias: A análise se baseia na interpretação de documentos fundamentais do período, como as atas e declarações finais das conferências interamericanas, tratados como o Pacto Antibélico Saavedra Lamas e manifestos de

grupos políticos, cuja essência e impacto são extraídos e contextualizados por meio da literatura secundária.

Fontes Secundárias: A pesquisa se apoia em uma vasta produção historiográfica argentina e internacional sobre o período, estabelecendo um diálogo constante com os principais debates e interpretações acadêmicas. A utilização crítica dessa bibliografia permite não somente reconstruir os eventos, mas também posicionar a análise dentro do campo do conhecimento histórico, conforme detalhado anteriormente.

O trabalho está organizado em três capítulos, que seguem uma ordem cronológica e temática, acompanhando a evolução da política de neutralidade e suas repercussões na sociedade e na política argentinas.

No primeiro capítulo, se analisa a gênese da neutralidade argentina enquanto tradição política, analisando duas experiências fundadoras que deixaram legados distintos. Primeiramente, aborda-se a Primeira Guerra Mundial, período em que a neutralidade, defendida pelo governo radical de Hipólito Yrigoyen, transcendeu a esfera diplomática para se tornar um campo de intensa disputa na esfera pública. A sociedade se polarizou entre rupturistas, que defendiam o alinhamento com os Aliados em nome de valores como democracia e civilização, e neutralistas, que abarcavam desde socialistas pacifistas a setores agroexportadores pragmáticos. Essa neutralidade revelou um profundo embate de valores e projetos de nação.

Em seguida, o capítulo analisa a Guerra do Chaco (1932-1935), onde a neutralidade do governo conservador da *Concordância* se manifestou como uma ferramenta pragmática de geopolítica regional. Exercida com pouca mobilização social e com um claro, embora velado, apoio ao Paraguai, essa política visava afirmar a liderança argentina no Cone Sul frente às ambições do Brasil e à crescente influência dos Estados Unidos.

O segundo capítulo foca na gestão da neutralidade durante os anos iniciais da Segunda Guerra Mundial, sob os governos da *Concordância*. Inicia-se com a análise da neutralidade pendular do presidente Roberto Ortiz (1938-1942), que, embora mantivesse a posição oficial de não beligerância, buscava uma aproximação sutil com os Aliados. Essa postura refletia tanto os interesses econômicos dos

setores agroexportadores, vitalmente ligados à Grã-Bretanha, quanto a inclinação liberal do próprio presidente, que via com desconfiança o avanço do Eixo.

Em contraste, o capítulo detalha a ascensão de seu vice, Ramón Castillo, e a subsequente imposição de uma neutralidade estrita após o afastamento de Ortiz por doença. Essa política, rígida e intransigente, alinhava-se com os crescentes setores nacionalistas e militares, que viam qualquer concessão aos EUA como uma violação da soberania. Demonstra-se como essa postura, testada em conferências-chave como a de Havana (1940) e, decisivamente, a do Rio de Janeiro (1942), levou ao progressivo isolamento diplomático da Argentina e ao aprofundamento da crise de legitimidade do regime, preparando o terreno para sua queda em 1943.

O último capítulo examina o desfecho da política de neutralidade sob os governos militares que se seguiram ao golpe de 1943. A análise se concentra no Grupo de Oficiais Unidos (GOU), para o qual a neutralidade era um dogma da soberania nacional e um pilar de seu projeto político anti-liberal e anti-imperialista. O capítulo detalha as crises internas e as intensas pressões externas, lideradas pelos Estados Unidos, que forçaram o regime a uma reavaliação estratégica.

A política evolui para uma neutralidade negociada, na qual o abandono da não beligerância se torna uma moeda de troca para garantir a reinserção da Argentina na ordem internacional do pós-guerra. A ascensão de Juan Domingo Perón é destacada como a figura central nesse processo, articulando as concessões necessárias que culminaram com a adesão à Ata de Chapultepec e a declaração de guerra ao Eixo em março de 1945. O capítulo conclui argumentando que o fim da neutralidade não foi uma simples capitulação dos interesses nacionalistas, mas uma transição estratégica que permitiu a Perón ressignificar o ideal de autonomia nacional na doutrina da Terceira Posição, marcando o início de uma nova era na política argentina e em sua relação com o mundo.

1. As origens da neutralidade argentina (1914-1938)

O objetivo deste capítulo é discutir as origens de uma tradição neutralista na Argentina a partir de duas experiências anteriores: a I Guerra Mundial e a Guerra do Chaco entre Paraguai e Bolívia. Observar as repercussões desses dois marcos colabora para compreender as linhas de pensamento político que condicionaram a implantação da neutralidade durante a II Guerra Mundial. Compreender esses processos é crucial para uma análise aprofundada das decisões políticas, dos símbolos significativos e da conjuntura social do país no final da década de 30.

Analisar as bases de formação e consolidação da neutralidade passa por entender dois pontos centrais: a possibilidade de existência de uma tradição política histórica pautada no neutralismo, baseada na atuação da Unión Cívica Radical no poder durante a I Guerra Mundial e, superficialmente, na guerra do Chaco, e a configuração dos setores sociais argentinos na década de 30 que permitiram a disputa ideológica da posição em relação à II Guerra. Esses elementos se encontram diretamente na atuação dos governos do radicalismo, durante a I Guerra, e da Concordancia, durante a Guerra do Chaco, assim como na relação desses governos com as potências internacionais e as instituições internacionalistas vigentes em seus momentos.

Identificar a Primeira Guerra Mundial e a Guerra do Chaco enquanto momentos chave desta análise passa pela compreensão de que a posição argentina e de sua sociedade nesses acontecimentos foi fundamental na formação das opiniões e decisões sobre conflitos externos. Isso ocorreu pela dimensão de maior escala e proximidade temporal em relação à década de 30 dessas situações. Da mesma maneira, a configuração da sociedade argentina dos anos anteriores à eclosão da Segunda Guerra é essencial para compreender a disputa de posições travada em torno do poder estatal pelos setores representantes das culturas políticas argentinas e sua relação com o conflito próximo.

1.1 A Argentina na I Guerra Mundial: radicalismo e neutralidade

O período da Primeira Guerra Mundial representou um momento de intensas transformações socioeconômicas e políticas no mundo. A crise do liberalismo enquanto modelo de estruturação social, tendo as sociedades europeias como representantes máximos, teve um impacto profundo na construção das formas de relação entre os Estados e as sociedades que representavam. Na Argentina, no marco de uma profunda reflexão interna em seus 100 anos de independência, os anos de 1914-1916 representaram o agravamento de processos sociais e políticos que se relacionavam na construção de sua identidade nacional, em um contexto de mudanças sociais como a incorporação de imigrantes europeus e seus novos valores, e na cultura da população em torno do pertencimento ao país, construindo coletivamente a argentinidade em seus elementos materiais e simbólicos. (Tato, 2008, p. 50-52)

O período entre 1914 e 1918 marcou os anos finais do período de hegemonia conservadora na Argentina e um período de intensas disputas, reflexões e movimentos de consolidação da sociedade platina. A reforma eleitoral promovida por setores modernizadores do conservadorismo em 1912, instituindo o voto universal masculino e secreto, alavancou a participação popular na arena simbólica da política institucional do país. Processo que se intensifica a partir da vitória do radicalismo nas eleições de 1916 e o início do governo de Hipólito Yrigoyen.

O processo de desenvolvimento nacional na Argentina possibilitou o surgimento de movimentos políticos massificados, dialogando com os setores populares que entram pela primeira vez no palco das discussões sobre política, nação, nacionalidade e as formas de organização da sociedade no país. Essa dinâmica permitiu o surgimento dos primeiros movimentos de massa ideológicos, o que se tornou perceptível no crescimento na sociedade do radicalismo, socialismo e dos grupos reivindicadores do nacionalismo enquanto parte de sua cultura política. O elemento que une esses sistemas de representação ideológica é a capacidade mobilizatória de suas ideias, amplificadas exponencialmente em um momento de crescimento da participação popular. (Romero, 2002, p. 175-176)

A manifestação da sociedade na arena do político foi essencial para a construção do perfil ideológico do radicalismo a partir de sua ascensão ao governo, permitindo que o governo utilizasse seu apoio popular para centralizar seu poder político no executivo, contornando as dificuldades de um corpo legislativo de difícil negociação. A mobilização popular também era ajudada pela continuidade do ciclo de crescimento econômico argentino, iniciado nas duas décadas finais do século XIX. Essa natureza econômica da Argentina da década de 10 estabelece uma extensa relação com o Reino Unido, que seria somente aprofundada nos anos subsequentes.

É nesse cenário que a Argentina posiciona-se pela neutralidade na I Guerra desde seu primeiro momento, apostando em uma possibilidade de ganhos comerciais e de manutenção das rotas de navegação comercial a partir da não beligerância. Isso ocorre apesar de uma predisposição natural do país pelo apoio aos aliados¹, gerada pelo grande peso britânico na economia argentina. Mesmo partindo de uma linha política oposta aos conservadores, o radicalismo operou uma política externa continuísta em seu governo. O ambiente democrático da experiência radical incentivou a mobilização da sociedade em torno do conflito, em especial em setores como os imigrantes, seus descendentes, a juventude e os intelectuais. (Storani, 1996, p. 27-30)

O ano de 1917 representou um importante marco na opinião pública argentina sobre o conflito, sendo um momento chave de afirmação da política de neutralidade pelo governo e seus defensores. É nesse ano que a intensificação da guerra submarina alemã começa a afetar diretamente a nação platina, ao ocasionar o afundamento de navios da marinha comercial argentina, fato que gerou uma forte reação popular. Diplomáticamente, o governo radical passa a negociar com as potências centrais² um pedido de desculpas oficiais e a garantia de proteção as embarcações do país, propostas recebidas com resistência, apesar da Alemanha ceder eventualmente à maioria das demandas argentinas. A entrada dos EUA no conflito foi também um importante ponto de virada na relação continental com o

¹Entende-se como Aliados o conjunto de países liderado por França, Reino Unido, Rússia e, posteriormente, EUA que formaram um bloco unificado dentro da I Guerra Mundial a partir do sistema de alianças que configurou os lados beligerantes.

²Já as potências centrais caracterizam-se como o grupo beligerante liderado por Alemanha, Áustria-Hungria e Turquia Otomana, configurando o segundo bloco majoritário na Primeira Guerra.

conflito, marcando o início de pressões estadunidenses pela ruptura da neutralidade nos países do continente, discurso baseado na construção de um entendimento pan-americano sobre a guerra. A resistência do governo portenho a essas pressões passa a compreender uma neutralidade ativa, pautada pela busca de representar uma alternativa ao pan-americanismo estadunidense. (Storani, 1996, p. 31-32)

O posicionamento do governo Yrigoyen nesse contexto foi o de buscar fortalecer sua posição externa através da construção de uma linha nacionalista na arena continental americana. Parte essencial desse esforço foi a tentativa de se estabelecer um campo neutralista na América Latina, iniciativa que contou com apoio mexicano, apesar de não conquistar os resultados previstos por conta da cessão crescente de países da região às pressões estadunidenses. Como coloca Tato (2009, p. 53): “En los hechos, permanecieron neutrales, además de la Argentina, Chile, Colombia, México, Paraguay, El Salvador y Venezuela.” Esse movimento de abandono da neutralidade na América Latina fez com que as iniciativas, lideradas pela Argentina, orientassem-se pela construção de conferências e discussões pela paz, e não pela defesa rigorosa da neutralidade no nível continental.

Em um cenário de disputas em relação à neutralidade nos grupos de poder da sociedade argentina, as posições do neutralismo ou o apoio aos aliados, ou às potências centrais, foram diversas em suas formas e grupos de sustentação. A defesa da neutralidade passou por grupos no governo e da maioria da UCR, guiados pela necessidade de apoiar o radicalismo e Yrigoyen, sustentando a política externa, apesar de realizarem-se ações benéficas comercialmente aos aliados. Ao se considerar outros grupos partidários, posicionaram-se pela neutralidade setores do socialismo argentino, inspirados pelo pragmatismo econômico e por uma doutrina socialista de solidariedade proletária internacional.

Na Argentina, também se colocaram no campo neutralista as associações representantes do campo agroexportador, ligadas aos conservadores, da economia argentina. Esses setores temiam um impacto econômico negativo com uma eventual quebra da neutralidade, sentimento justificado pelo grande peso não somente do Reino Unido, mas também do Império Alemão, na balança comercial do país. Ocupavam também as fileiras do neutralismo na sociedade platina figuras de um

setor minoritário, embora influente, da intelectualidade do país, formadas na Europa e próximas dos elementos culturais germânicos, que defendiam o caráter geopolítico do conflito, valendo-se de sentimentos anti-estadunidenses e hispanistas, herdados da guerra hispano-americana e ampliados pela também neutralidade espanhola na guerra. Essa intelectualidade percebia uma possibilidade de aliança com os interesses das potências centrais para a América Latina, exaltando o papel argentino de suposta liderança regional nesse cenário, em oposição a um cenário de crescimento da influência dos EUA na região. (Tato, 2008, p. 243-247)

Já os setores sociais favoráveis a um rompimento das relações foram mais heterogêneos em suas construções, mas possuíam uma unidade maior em seus objetivos: o abandono da neutralidade e alinhamento argentino às potências aliadas. Politicamente, os rupturistas vinham tanto das variadas oposições ao radicalismo, como de setores internos ao próprio grupo do governo. Os setores próximos aos aliados dentro da UCR, embora mantivessem um grau de respeito a hierarquia no governo ao moderar suas críticas, constituíram um importante polo no movimento de abandono da neutralidade. Como descrito por Tato (2009, p. 56):

A pesar de su militancia política dispar, a los rupturistas los unía el consenso en torno de la caracterización de la Gran Guerra y de su adhesión a los Aliados. A diferencia de los neutralistas, concebían a la contienda como un enfrentamiento cultural y moral y no como una simple colisión de intereses materiales. Ello implicaba la identificación de las potencias aliadas con la civilización occidental y los valores de la democracia y de la libertad, y de Alemania con la barbarie y el despotismo.

Os partidários da ruptura de relações articulavam a defesa de suas teses na aproximação baseada não somente em fatores materiais, temendo um possível isolamento econômico argentino após a guerra, mas também em valores com as potências aliadas. As nações aliadas eram associadas a uma noção de Ocidente e progresso, em oposição ao atraso atribuído às potências centrais. Nesse sentido, a articulação de conceitos culturais como o anti-imperialismo, aqui em oposição às potências da Tríplice Aliança, Ocidente e uma identidade latina junto a uma noção nacionalista pautada em valores liberais foi essencial para a construção simbólica do campo social favorável aos aliados. Fato representativo disso foi a mobilização

possível por esse campo de uma causa nacional argentina em resposta aos ataques alemães à marinha mercante do país, alvo de uma grande comoção popular.

Culturalmente, a sociedade argentina possuía vínculos profundos com os países da Europa Ocidental, orientando suas raízes em direção às inspirações culturais e políticas vindas diretamente dos exemplos das grandes potências do Velho Continente. Isso torna-se relevante no momento em que passamos a considerar a neutralidade do país não somente como uma política externa, mas como um campo de disputa dos setores sociais que buscavam a hegemonia em um contexto de profundas transformações do tecido sociocultural e político. A relativa paz na Europa Ocidental do pré-guerra executa um giro amplificador de sua matriz cultural que inevitavelmente impacta na memória nacional das sociedades latinas, processo esse em que a Argentina, apesar de sua neutralidade no conflito, não é exceção. Como descrito por Fuentes Codera (2021, p. 8):

As various works have shown, the debate on the nation, on the 'true' representatives of the values that it embodied, and on the supposed options that should be chosen had a fundamental importance on the discourses and the sociability in neutral countries and became fundamental in understanding the positions taken in the decades to come.³

As posições culturais referenciadas transnacionalmente na sociedade argentina são essenciais para compreender o início de uma polarização social que seria fundamental na década de 30 e na posição do país na II Guerra Mundial. Os grupos que disputavam o poder na Argentina dos anos 10, dentre eles os conservadores, radicais, socialistas e nacionalistas, utilizavam a Europa como marco referencial de suas formulações de sentidos, valores, exemplos históricos e modelos de sociedade. Conceitos transnacionais como Ocidente, Hispanidade, Latinidade e Pan-americanismo foram essenciais na formação ideológica dos setores da disputa do poder na Argentina e foram articulados ativamente entre o contexto local e os acontecimentos internacionais da I Guerra Mundial para basear a construção de culturas políticas e ideologias na nação platina.

³ Como demonstrado em diversas obras, o debate sobre a nação, os 'verdadeiros' representantes dos valores que incorpora e nas supostas opções que deveriam ser escolhidas teve uma importância fundamental nos discursos e na socialização em países neutros, se tornando fundamental para entender as posições tomadas nas décadas seguintes. (Tradução própria)

Esse processo, aliado à experiência de acompanhamento constante do conflito propiciada pelo avanço das tecnologias de comunicação, foi essencial para a suavização das fronteiras entre os países neutros e os beligerantes no conflito global. Essa dinâmica resultou em uma neutralidade agitada, uma vez que se transformava em espaço de disputa através da mobilização social em torno do conflito e seu conceito chave: nação. Essa mobilização foi essencial no acirramento das disputas culturais e políticas internas, tendo esse acirramento continuado enquanto um elemento central do tecido social argentino, condicionando os processos sociais internos que se manteriam e teriam um papel fundamental nas discussões da sociedade na década de 30 e 40. (Fuentes Codera, 2021, p. 6-10)

Ao findar o conflito, o radicalismo tenta orientar a política externa argentina no sentido de tentar se envolver ativamente nas negociações de paz e construção da ordem internacional necessária para a manutenção da paz em um novo contexto global. Nesse contexto, a Casa Rosada opta por alinhar-se à tese dos 14 Pontos defendida pelos EUA, buscando uma solução para a guerra que se pautasse pela igualdade entre as nações e, principalmente, na manutenção de privilégios e acessos a instituições internacionais também para as nações não beligerantes. Essa opção não acarretou, no entanto, no aceite automático do sistema mundial que se construía após o conflito, o que é observável na relutância platina em participar da Liga das Nações, decisão tomada pela visão de uma hegemonia americana da organização, em oposição clara às pretensões regionais argentinas. (Storani, 1996, p. 32)

O relativo sucesso dessa abordagem garante à Argentina a manutenção de acesso às economias globais, em especial as vitoriosas no conflito, mantendo uma condição econômica que possibilitaria ao radicalismo intensificar sua agenda e a consolidação das bases de seus 3 sucessivos governos. Essa situação seria eventualmente prejudicada pelos efeitos dos ciclos de protecionismo estadunidenses e europeus da década de 20, culminando na crise de 29 que marcaria o início de mais uma mudança profunda para a nação platina. Apesar da continuidade de suas aspirações de grandeza regionais, a posição argentina, e em especial do radicalismo, foi muito abalada pelo efeito da crise econômica global.

1.2 A derrubada do radicalismo e a formação da *Concordancia*

O primeiro período de hegemonia do radicalismo no cenário político argentino encerrou-se em 6 de setembro de 1930, por meio do primeiro movimento golpista bem-sucedido do período constitucional da nação. O golpe de 1930 pôs fim ao segundo mandato de Yrigoyen (1928-1930), em um momento de reestruturação do país após a crise de 29 e de tentativas do governo radical de promover mudanças no perfil econômico do país, com iniciativas como a nacionalização da exploração de petróleo e a expansão da legislação trabalhista argentina.

Analisando o movimento golpista de 1930, este foi mobilizado principalmente em oposição a Yrigoyen e seu governo, conseguindo agregar setores variados da política argentina e das forças armadas do país, que tiveram um papel essencial no sucesso do golpe e nas dinâmicas sociais do país na década subsequente. O movimento contou com a participação de setores do radicalismo contrários a Yrigoyen, setores do socialismo e os grupos conservadores, além de uma forte presença de grupos e iniciativas pautadas pelo nacionalismo em rápida ascensão no país, em especial entre os militares. (Bandeira, 1995, p. 22)

A articulação desses setores variados de oposição nos setores da política argentina deu-se por bases bastante distintas. Na oposição interna no radicalismo, setores antipersonalistas, agrupados na Unión Cívica Radical Antipersonalista (UCRA) viam o fortalecimento de Yrigoyen como uma construção política caudilhística, centralizando o poder ao redor da figura do presidente e longe dos interesses do radicalismo. Entre os socialistas, a oposição ao governo radical construiu-se em torno de dois grupos: aqueles que viam uma necessidade de se aprofundar as reformas políticas iniciadas pelos radicais em busca de uma transição socialista na sociedade, e aqueles que se afastavam da linha central do socialismo argentino em busca de uma construção “*etapista*” do progresso social, político e econômico do país. Nos setores conservadores, as reformas instauradas pelos radicais após a perda da hegemonia conservadora eram vistas como parte de um processo de degeneração da sociedade argentina, atribuindo às massas não amadurecidas politicamente a capacidade de fortalecer uma política populista

danosa à construção nacional, além do enfraquecimento das bases desse grupo nos setores agroexportadores do país.

O governo do general Uriburu, instalado por meio do golpe, não pôde agregar essa variedade de sentidos e projetos políticos situados ao redor da conspiração. Eliminado o elemento unificador das oposições ao governo radical, começa a desfazer-se a tensa unidade que possibilitou a execução do golpe. Esse enfraquecimento foi essencial para o fracasso do projeto de Uriburu, apoiado nos setores do nacionalismo católico, de reformar a sociedade em direção a um modelo corporativista, inspirado na Itália fascista, projeto barrado já em sua fase inicial de reorganização das estruturas de representação social na capital federal. Essa perda de apoio e legitimidade fez com que, ainda em novembro de 1931, o governo preparasse a realização de eleições, onde as forças representantes do liberalismo conservador tradicional do país se reorganizariam em uma nova formação, essencial para a compreensão da política argentina na década de 30: a *Concordancia*. (Bandeira, 1993, p. 26)

A *Concordancia*, aliança hegemônica pelos conservadores, mas composta também pelo *Partido Socialista Independiente* e pela *Union Cívica Radical Antipersonalista*, foi elaborada para ser uma legenda de união dos principais interesses envolvidos no regime pós-golpe de 30. Sob a liderança dos conservadores, agremiava o setor conciliador do socialismo e o radicalismo contrário a Yrigoyen e ao comitê central da UCR em torno de um projeto de influência nacionalista, mas amparado principalmente no liberalismo conservador representado pela direita tradicional do país. A aliança foi organizada em torno da campanha a presidência de Agustín Justo, que teria sucesso a partir da proscrição da candidatura radical e em meio a denúncias massivas de irregularidades eleitorais. (Doratioto, 2022, p. 2)

A partir do governo Justo, as tensões entre os grupos nacionalistas, organizados em torno da oposição aos setores liberais e a influência externa no país, e os demais setores políticos de sustentação ao regime da década de 30 vão tornando-se cada vez mais claras. A assinatura, por parte de Justo, do Pacto Roca-Runciman⁴ serve como um momento claro de agitação do nacionalismo pela

⁴ O tratado dava privilégios à exportação de carnes argentinas para o mercado inglês, estabelecendo uma cota mínima de compra por parte do Reino Unido, barateando em troca as importações de produtos industrializados

ruptura com o regime da Concordancia. Se o pacto econômico assinado serviu para dar sinais de recuperação para a cambaleante economia argentina, garantindo acesso prioritário aos bens primários do país ao mercado inglês, também foi criticado pelos nacionalistas por acreditarem manter a posição subserviente da nação argentina no cenário mundial, reafirmando a tradicional proximidade econômica entre Argentina e o Reino Unido. Nessa reorientação, perdem protagonismo social as classes médias e os trabalhadores, pilares essenciais do radicalismo, em prol de uma volta ao destaque das elites ligadas aos setores agroexportadores. Esse movimento acaba por acelerar a difusão dos ideais nacionalistas na sociedade platina, fator essencial para a construção dos processos sociais na década de 30. (Guevara, 2018, p. 3-4)

O nacionalismo é uma das categorias essenciais para se compreender os processos políticos na Argentina da década de 30 e a consolidação das posições em torno da neutralidade a partir do início da II Guerra. É necessário compreender sua acelerada difusão na sociedade platina, assim como sua diversidade de significados, para entender como se estabeleceu como um dos principais eixos de cultura política no país a partir dos anos 30 e se manteve nesse sentido desde então. A experiência democrática do período do radicalismo permitiu um certo grau de participação popular na arena da política argentina, em especial na formulação sobre a forma e expressão do conceito de nação. Eventos como a reforma universitária foram também essenciais para trazer os jovens para o interior da discussão sobre o modelo de país a ser seguido. Esse contexto é fundamental para entender a forma na qual o tensionamento social da década de 30, impulsionado pelo sistema político deslegitimado que se instalou após a derrubada do radicalismo, favoreceu a consolidação e o crescimento do nacionalismo no país.

O aprofundamento dos interesses econômicos e políticos do país com o Reino Unido a partir da retomada política dos setores conservadores, embora tenha tido um papel fundamental na recuperação da economia nacional após a crise de 1929, foi um catalisador da expansão de um sentimento anti-imperialista na opinião pública argentina. Sentimento esse que empoderou os grupos nacionalistas, em suas várias vertentes políticas, a se organizarem em correntes ideológicas

britânicos para o mercado argentino, assim como os interesses econômicos ingleses no país, em especial no setor ferroviário.

capilarizadas e capazes de disputar a agenda pública e política na Argentina da década de 30. (Romero, 2017, p. 3)

O golpe de 30 interrompeu o desenvolvimento de uma cultura política democratizante na sociedade argentina, enfraquecendo a expectativa da possibilidade de progresso indefinido gerada pela experiência do radicalismo. Trouxe também para a opinião pública uma alteração do papel das Forças Armadas na lógica da sociedade, colocando os militares no papel de interventores diretos do processo político. A experiência fracassada do governo Uriburu demonstra que havia entre esses militares uma concepção reacionária do nacionalismo, diretamente relacionada com uma visão de grandeza argentina, e dos rumos possíveis para a nação. É necessário entender como o nacionalismo se articulou na sociedade argentina em seus vários campos para compreender como a II Guerra fortaleceu as tensões sociais entre esse campo e os demais da sociedade argentina.

O nacionalismo não se restringiu ao campo das direitas, apesar de nele ter adquirido maior proeminência, mas impactou todos os campos ideológicos da arena política do país. Nos setores à direita da sociedade platina, o nacionalismo se desenvolveu como uma reação à maneira de integração do país no sistema global. Em termos de elementos culturais, desenvolveu-se apoiado na herança cultural católica do país e na percepção de um fortalecimento pela imigração na sociedade argentina, resgatando principalmente o hispanismo, assim como se fortalecendo na memória do modelo corporativista tentado por Uriburu. No campo das esquerdas, o nacionalismo consolidou-se tanto entre os grupos “*etapistas*” que acreditavam em um desenvolvimento nacional anterior a uma revolução popular, como também entre os setores que buscavam resgatar a memória de Yrigoyen e a noção reformista do governo radical. Esse nacionalismo esquerdista articulava um desenvolvimentismo que dialogava com as aspirações de liderança na América Latina da Argentina, direcionando suas críticas principais não aos impérios europeus, mas sim às tentativas estadunidenses de influenciar a região. Comum para ambos os grupos era a noção de que o regime de 1930 estava submetido a uma lógica de favorecimento dos interesses estrangeiros e um crescente sentimento contrário ao liberalismo hegemônico nos governos da *Concordancia*. (Guevara, 2018, p. 6-16)

Entre os dois campos descritos acima, o anti-imperialismo apresenta-se como uma ponte de conexão entre ambos os setores culturais e ideológicos, agindo como uma interação entre os nacionalismos e o diálogo com as aspirações nacionais argentinas. A noção de um destino grandioso argentino dialoga com a percepção de grandes e poderosos adversários na arena da geopolítica e do desenvolvimento nacional, potencializando, através desse espírito nacional duradouro argentino, a expansão do nacionalismo enquanto saída ideológica para uma sociedade que experimentava um profundo processo de acirramento das tensões sociais e políticas em meio a um sistema desacreditado e uma situação global que se aproximava de um ponto de crise.

1.3 A Guerra do Chaco: A *Concordancia* e a neutralidade

O início da Guerra do Chaco em 1932, na presidência de Agustín Justo (1932-1938), agravou as relações diplomáticas e tensões políticas na América Latina. A guerra foi motivada pela disputa entre Paraguai e Bolívia pelo controle da região do Chaco Boreal, local estratégico para o comércio através do acesso ao rio Paraguai e para a industrialização de ambos os países, por conta da descoberta de fontes de petróleo na região no início do século XX. A perda pela Bolívia do acesso oceânico na Guerra do Pacífico (1879-1884) fez com que as tensões em torno da zona disputada fossem acentuadas, tornando-se uma das únicas possibilidades de escoamento comercial boliviano através do Rio Paraguai para posterior acesso ao Rio da Prata e ao oceano Atlântico.

A Argentina declarou-se formalmente neutra no conflito, apesar de possuir interesses econômicos significativos no Paraguai. A produção de petróleo na região do Chaco tornou-se um ponto central do conflito na medida em que os interesses econômicos dos dois países rivais foram representados pelo embate entre suas maiores companhias de produção do recurso, ambas de origem estrangeira. Nesse contexto, a Guerra do Chaco ameaçava a situação de relativa estabilidade na arena geopolítica do Cone Sul, onde disputavam a hegemonia regional Argentina, Brasil e Chile. A ameaça de um fortalecimento chileno através do conflito, favorecendo uma

integração regional andina, fez com que Buenos Aires realizasse uma manobra de aproximação diplomática com Chile e Brasil, assim como de fortalecimento de sua atuação diplomática no conflito. (Bandeira, 1993, p. 26-28)

Um dos principais atores na construção do posicionamento neutralista do Estado argentino na Guerra do Chaco foi o chanceler Carlos Saavedra Lamas. Este teve um papel fundamental em condicionar a atuação do governo argentino no sentido de utilizar o conflito vizinho como uma oportunidade de expandir sua atuação internacional e na construção de uma alternativa regional à diplomacia dos EUA e da Liga das Nações, apesar do efeito prático dessa ação em protelar o encerramento do conflito, como analisa Doratioto (2000, p. 53). A questão central para a compreensão da neutralidade argentina durante o conflito é compreender como ela, enquanto posicionamento de política externa, foi articulada em relação aos interesses internos do governo conservador e à posição internacional do país.

A posição do governo argentino pela neutralidade segue a linha retórica de estabelecimento de uma posição internacional pautada na igualdade entre as nações e na valorização dos espaços diplomáticos como arena preferencial na resolução de conflitos. Essa interpretação, no entanto, não afasta a necessidade do governo da *Concordância* em defender os interesses geopolíticos regionais e globais da nação, em especial em uma situação de conflito tão próxima. A necessidade de defesa desses interesses tornou essencial a participação argentina nos esforços para a obtenção da paz no conflito do Chaco, possibilitando o exercício de sua pressão política na defesa de seus investimentos na região e na manutenção do equilíbrio no escoamento de produções por meio dos rios do Cone Sul. Como descrito por Pérez Stocco (2012, p. 80):

La Argentina tenía interés en saber cuáles serían sus vecinos definitivos y también defender los intereses de los argentinos que tenían vinculaciones económicas con el Chaco. El logro de la paz, por el que tanto trabajó Saavedra Lamas realizando importantes aportes al Derecho Internacional Público que ubicaron a nuestro país en un plano de prestigio en Europa y América, fue sin duda otra de las grandes motivaciones del gobierno.

Nesse contexto, a importância diplomática interna e externa da atuação argentina durante a Guerra do Chaco faz com que seja interessante refletir sobre como essa neutralidade se construiu. Apesar de herdar as linhas narrativas maiores da neutralidade estabelecida pelo radicalismo na I Guerra Mundial, o governo conservador da década de 30 optou por uma abordagem pragmática de sua relação com os países beligerantes, flexibilizando a noção de neutralidade simbólica e jurídica. Ainda que tenha adotado conceitos de neutralidade abrangentes e generalistas, pautados no Direito Internacional, o governo Justo deixou claras suas preferências por sua atuação direta para favorecer a nação guarani.

Compreender a flexibilidade argentina na aplicação prática e retórica da neutralidade durante o conflito elucidada como o governo da Concordância, apesar de utilizar dos mesmos argumentos simbólicos para a execução de sua política externa, almejava resultados diversos do radicalismo. O favorecimento ao lado paraguaio, com o fornecimento de armas e inteligência militar, configurou a adoção de dois entendimentos sobre a neutralidade enquanto norma jurídica, um mais rigoroso e outro mais leve, pautados em elementos do direito internacional, retórica de governo e relações regionais para caracterizar a neutralidade. Através dessa estratégia, elementos como o uso de bens, serviços e capitais de empresas e instituições argentinas puderam ser diretamente facilitados aos paraguaios, ao mesmo tempo em que as regras eram enrijecidas para os bolivianos sob a alegação de que esses recursos teriam fins acessórios ao conflito. Essa lógica aplicou-se também à navegação no estuário do Rio da Prata, onde as embarcações mercantes e militares paraguaias exerciam maior liberdade de movimentação do que suas contrapartes bolivianas. O apoio argentino aos paraguaios concentrou-se em termos materiais, direcionando e facilitando a entrada de recursos financeiros e comerciais no país, apesar das restrições teoricamente colocadas pela neutralidade. (Pérez Stocco, 2012, p. 67-77)

A *Concordância* pode agir nesse sentido, pois não se constituiu no país uma mobilização social similar à vista na I Guerra Mundial. O baixo nível de participação popular no regime de 30, que afastava a população da realidade do conflito, permitiu que o governo pudesse operar com maior liberdade sua política externa. Esta manteve uma linha central de defesa do protagonismo argentino e de busca por uma

solução diplomática para a guerra, que agregava um nível alto de consenso na sociedade portenha.

Essa liberdade de atuação diplomática na definição das prioridades e métodos na posição argentina frente ao conflito foi também o elemento que permitiu a Saavedra Lamas obter o apoio interno para executar sua estratégia de posicionamento do país em um lugar de destaque na mediação do conflito. O objetivo central dessa iniciativa era posicionar a Argentina enquanto uma alternativa política e diplomática à influência estadunidense na América Latina ao integrar a ação e os interesses diplomáticos argentinos nos mecanismos criados tanto pelos norte-americanos, pelos países vizinhos ou pela Liga das Nações para a mediação da Guerra. Para compreender essa inserção, se destacam três iniciativas internacionais que buscaram agir sobre a mediação do conflito: a iniciativa dos países limítrofes aos beligerantes de mediação da paz (Argentina, Brasil, Chile e Peru) de 1932, o processo de arbitragem iniciado pela Bolívia na Liga das nações que levaria a atuação dessa entidade no conflito, e a convenção de países neutros sediada em Washington e hegemônica pelos EUA. (Zuccarino, Vilar, 2013, p. 74-85)

Essas iniciativas diplomáticas demonstram o interesse argentino em colocar-se como peça chave na resolução do conflito pela via da negociação internacional. A iniciativa regional, apesar de fracassada em sua missão de evitar a escalada da guerra, demonstrou uma vontade dos países do Cone Sul de manter o equilíbrio regional e delimitou uma tentativa de integração regional em matérias geopolíticas hegemônicas pelas nações do ABC (Argentina, Brasil e Chile). Essa conferência foi essencial em uma aproximação entre Argentina e Brasil, apesar de favorecerem lados opostos na guerra, em torno de uma solução que favorecesse o diálogo regional como ferramenta para resolução de conflitos. Já na atuação junto à iniciativa estadunidense, o objetivo argentino foi de estabelecer um contraponto aos interesses norte-americanos, colocando-se como mediadora principal do conflito em defesa de suas finalidades regionais através da tentativa de desarticular a influência dos EUA no conflito e na região. Ambas as iniciativas americanas foram essenciais para a articulação argentina que culminaria a partir da pressão para deslocar os diálogos para a Liga das Nações na construção do Tratado Anti-Bélico de não

agressão e conciliação Saavedra Lamas e posteriormente, na resolução do conflito com um relevante protagonismo argentino.

A intervenção da Liga das Nações, efetuada através da reclamação diplomática paraguaia ao órgão, foi favorecida pela Argentina, que logrou o comando da discussão na entidade e centralizou os esforços em busca da construção de sua liderança como uma alternativa aos esforços de construção pan-americana feitos pelos EUA. A primeira iniciativa de sucesso dessa articulação, em 1933, foi a construção do Tratado Antibélico de Não Agressão e Conciliação (renomeado posteriormente como Tratado Antibélico Saavedra Lamas), iniciativa que contou com apoios expressivos não somente entre as nações americanas, mas também entre potências europeias. O tratado negociado pelos argentinos previa o não reconhecimento das guerras de agressão, priorização da via diplomática como forma de resolução de conflitos e o não reconhecimento das conquistas territoriais efetuadas pela força, prevendo um mecanismo de conciliação entre os Estados signatários. O tratado foi um importante marco na relação da Argentina com o conflito e deixou claro o sucesso que a chancelaria argentina e o governo de Justo lograram colocar a nação em uma posição de destaque na mediação do conflito e na definição de novas perspectivas para a integração regional e para a neutralidade enquanto elemento de longa duração nas culturas políticas do país.

A iniciativa da Liga das Nações, junto aos interesses da chancelaria argentina, eventualmente teria sucesso em chegar a uma solução para o conflito. Ao longo da guerra, a realidade econômica frágil de ambos os beligerantes foi se acentuando, prejudicando a continuidade de uma guerra aberta de longa duração. Em 1935, a situação política e social de ambos os países, especialmente na Bolívia, já se encontrava bastante debilitada, acelerando as tentativas de uma solução diplomática para o conflito. Essas negociações concentraram-se progressivamente na instância da missão internacional sediada em Buenos Aires com apoio da Liga, exemplificando o papel decisivo argentino no processo de obtenção da paz. O fim das hostilidades se daria oficialmente em 12 de junho de 1935, através do primeiro acordo assinado na capital portenha, que abria caminho para o fim derradeiro do conflito, que seria sacramentado através da definição de limites em 1938. Ao final do conflito, a região do Chaco boreal foi dividida em um quarto para os bolivianos, e o restante do território seria mantido pelos paraguaios, resultado que não cumpriu com

as expectativas iniciais de nenhum dos beligerantes. A articulação argentina para o fim do conflito, estabelecendo um polo internacionalizado em oposição às aspirações dos EUA na região, marcou um momento de apogeu da influência do país no Cone Sul⁵ e aproximação diplomática com outras potências como o Brasil para a construção de mecanismos regionais de governança e manutenção da estabilidade. (Pérez Stocco, 2012, p. 81-86)

A vitória diplomática argentina, apesar das controvérsias em torno de seu apoio ao Paraguai e o efeito dessa diplomacia no alargamento temporal do conflito, representou também uma perda de credibilidade continental para o regime conservador. A resolução do conflito de forma frustrante para ambos os beligerantes, o reforço da rivalidade com o Brasil nas iniciativas para mediar a guerra e a intensificação da disputa geopolítica com os EUA são alguns elementos que impactaram a construção da posição internacional argentina nos anos posteriores ao conflito. O reforço de um sentimento de anti-americanismo nas instâncias sociais e políticas do país representou talvez o maior condicionante futuro para suas relações, intensificando o desenvolvimento desse sentimento enquanto elemento das culturas políticas do país. (Doratioto, 2000, p. 25-28)

A neutralidade aparente, dado o apoio do país ao Paraguai, argentina na Guerra do Chaco, não parece ter fortalecido seus aspectos simbólicos na sociedade platina. Esse momento pode ser entendido enquanto consolidação do conceito da neutralidade enquanto prática nas relações exteriores e de reorientação da posição argentina após o golpe de 1930 e no desenvolvimento de um conjunto de metodologias e crenças em política externa pós-radicalista. Apesar de não ter contado com uma ampla mobilização popular, a neutralidade durante o conflito criou uma base para a ação política da Concordância em uma situação de instabilidade internacional, permitindo que o grupo conservador estabelecesse uma linha própria de atuação política em matéria de relações exteriores. As iniciativas diplomáticas lideradas por Justo e Saavedra Lamas foram elementos-chave dessa atuação ao consolidar o posicionamento argentino tanto no Cone Sul quanto na arena internacional. A execução de uma política de neutralidade condicionada por parte da

⁵ Outro resultado interessante da atuação portenha durante o conflito foi a destinação do primeiro prêmio nobel da paz a um latino-americano, o chanceler argentino Saavedra Lamas recebeu a distinção internacional em 1936 como resultado direto de sua atuação pelo fim do conflito e na construção do Tratado Antibélico. Essa premiação alinhava-se aos esforços do chanceler de se posicionar como sucessor político de Justo na *Concordância*.

Argentina, assim como a luta da diplomacia do país para estabelecer no direito internacional as bases para essa atuação, contribuiu para um entendimento mais elástico da neutralidade no campo geopolítico global.

A guerra do Chaco e sua resolução também são elementos centrais para a montagem da arena geopolítica americana que condicionaria as possibilidades de atuação das nações e suas populações na segunda metade da década de 30 e início da 40. O contexto geopolítico após o fim do conflito ajuda a compreender como as peças políticas desse momento se movimentariam a partir do acirramento das questões internas e externas decorrentes do período. A posição argentina ao final do conflito vizinho formou uma das bases da atuação internacional do próximo governo conservador e da predisposição das culturas políticas da sociedade platina a fortalecerem suas crenças no protagonismo natural do país e movimentarem-se em torno do tema da neutralidade a partir dos momentos seguintes de acirramento político, social e cultural que viriam nos anos seguintes.

1.4 De Justo a Ortiz: Acirramentos globais e tensões nacionais

A Guerra do Chaco não ter se tornado um elemento de mobilização da sociedade argentina fez com que, apesar de ter permitido ao governo conservador o desenvolvimento de sua política externa concreta, também não tenha tido um papel simbólico de apaziguar a escalada das tensões internas do país. De fato, o governo de Justo não encontrou caminhos para legitimar o sistema político do país, sendo progressivamente debilitado pelas pressões internas, apesar dos sucessos de suas políticas externa e econômica.

A sociedade argentina cada vez mais se interessava pelos eventos políticos na Europa e Américas e posicionava-se frente a eles a partir das posições reproduzidas pela mídia do país. As tensões internas eram amplificadas pelos acontecimentos internacionais na medida em que a sociedade internalizava progressivamente os pensamentos políticos em alta, como o nacionalismo, socialismo e o comunismo em suas várias vertentes, e ressignificava elementos de cultura política vindos do exterior. Um exemplo claro disso é o posicionamento da

sociedade argentina frente à ascensão do nazifascismo na Europa, tida inicialmente como um movimento político temporário, que passa a fazer parte da polarização social argentina. O conjunto de ideias e símbolos do nazifascismo passa a adentrar uma sociedade com um alto número de imigrantes e um processo acelerado de politização, demarcando grupos favoráveis e contrários às ideias vindas do continente europeu. Os grupos nacionalistas recebem esses conjuntos de signos de diferentes maneiras, organizando-se em oposição a eles nos nacionalismos de esquerda e radicais ou incorporando esses elementos à matriz do nacionalismo hispânico-católico. (Tato, Romero, 2007, p. 37-39)

Outro sentimento que se desenvolveu aceleradamente foi o anti-imperialismo, representado frequentemente em uma oposição à influência estadunidense na América Latina pelos intelectuais e setores da mídia argentina. Esse sentimento foi amplificado com a aproximação do governo conservador ao Reino Unido a partir de uma crítica à manutenção da matriz agroexportadora argentina, vista como elemento de manutenção de uma posição subserviente do país na arena global. A estratégia argentina para superar a crise de 29 foi aprofundar a dependência comercial com o Reino Unido, baseada na exportação de bens primários pelos argentinos e produtos industrializados pelos britânicos. Essa dependência foi representada diretamente para os setores da oposição através da simbologia do Pacto Roca-Runciman de 1933. A expansão dos aderentes a essas críticas pressionava o governo no ambiente interno e empoderou a consolidação entre os opositores do campo do nacionalismo como uma tática de mobilização e organização contra o sistema político da *Concordância*. (Garcia, 2019, p.52-58)

A decisão de adotar a neutralidade do país em relação à guerra civil espanhola, conflito que trouxe a mobilização popular engajada em uma sociedade com um alto número de imigrantes espanhóis, permitiu à população o contato aproximado com o embate entre as novas ideias políticas. Esse conflito foi também fundamental na consolidação das matrizes ideológicas de grupos nacionalistas de esquerda e direita. Na esquerda, grupos como a *Fuerza de Orientación Radical de la Joven Argentina* (FORJA), de origem radical e parte do setor democrático, e os socialistas incorporaram elementos do anti-liberalismo e a disputa contra o fascismo em suas concepções teóricas. Já a direita, representada pelos setores defensores do nacionalismo hispânico, teve contato e aproximação com as figuras e ideias do

nazifascismo europeu, incorporando muitas das teses desse movimento ideológico. (Guevara, 2018, p. 16)

O fim da política de abstencionismo eleitoral da UCR, implantada em resposta à percepção das fraudes e do caráter antidemocrático do governo conservador, em 1935, apresentou um grande risco político à permanência da *Concordância* no governo, apesar do controle político exercido por fraudes eleitorais e intervenções nas eleições provinciais. Em resposta a essa situação, a coalizão eleitoral governista decide apoiar para a sucessão de Justo uma composição eleitoral reformista, capaz de diminuir a pressão sobre a baixa representação do modelo político da década de 30. Os escolhidos para a sucessão governista são o radical antipersonalista e reformista Roberto Ortiz para a presidência e o conservador ferrenho Ramón Castillo para a vice-presidência. O objetivo desta chapa presidencial era executar uma reforma controlada do sistema político que devolvesse sua credibilidade ao mesmo tempo que impedisse a retomada do poder pelo radicalismo, mantendo as bases políticas do regime da *Concordância* através da atuação de Castillo como contraponto político das aspirações de reforma de Ortiz. (Romero, 2003, p. 166)

Essa estratégia eleitoral obteve sucesso nas eleições presidenciais de 1937, apesar das grandes vitórias políticas do radicalismo nas eleições provinciais e legislativas. As concessões políticas da *Concordância*, junto à manutenção do regime de fraude patriótica, conseguiram garantir a vitória da coalizão para mais um governo. O governo Ortiz/Castillo seria essencial para a história política da Argentina, sendo o primeiro governo que terá que lidar com a rápida escalada de tensões que levaria à eclosão da Segunda Guerra Mundial em 1939.

As profundas transformações políticas vivenciadas pela Argentina, que passa a contar com um processo de politização nas instâncias de condução, participação e reflexão sobre a nação, são essenciais para compreender o cenário colocado ao país e sua sociedade nos anos finais da década de 30. O desenvolvimento das ideias políticas e ideologias no país é um passo fundamental para a construção das culturas políticas que condicionaram a tomada de decisões das lideranças de diversos setores ideológicos nos anos seguintes e suas relações entre si, com o Estado argentino e sua sociedade. O desenvolvimento e consolidação de ideias como o nacionalismo e o anti-americanismo, fortalecido pela oposição entre o

pan-americanismo estadunidense e o projeto de liderança regional das elites argentinas, são fatores essenciais para compreender como os grupos políticos e ideológicos no país na década de 30 se formam e se configuram entre si na disputa pelo poder e na definição dos elementos culturais da relação sociedade-Estado, elemento chave para compreender a configuração da neutralidade enquanto política externa e símbolo político cultural durante a II Guerra Mundial.

2. A Concordância e a Neutralidade (1938-1943)

Este capítulo pretende discutir a neutralidade durante os últimos dois governos liderados pela *Concordância* e pelo arcabouço político que liderou o país durante a década infame. Os governos de Roberto Marcelino Ortiz e Ramón S. Castillo representam não somente os últimos momentos da coalizão hegemônica pelos conservadores na presidência do país, mas também os primeiros mandatários que tiveram de lidar com a eclosão da II Guerra Mundial e suas consequências internas e externas. O estabelecimento da neutralidade enquanto reação inicial à guerra e o seu desenvolvimento institucional e retórico são essenciais para compreender essa política enquanto elemento não somente funcional, mas também de disputa no país.

O objetivo central da chapa selecionada para as eleições de 1937 era promover reformas estruturantes no sistema político argentino da década de 30, recuperando a credibilidade política dizimada pelo regime da fraude patriótica e pela atuação intervencionista na política nacional e provincial da *Concordância* nos anos anteriores, enquanto permitia aos setores de apoio ao agrupamento político manter o controle do país, agora não somente em oposição ao radicalismo, mas também aos grupos nacionalistas radicais, de direita e esquerda, que se consolidavam no país.

Analisar os dois governos da Concordância é essencial, por ser neles que as tensões e a trama social, econômica e política da sociedade platina da década de 30 se configuram de forma prática na reação do país e seu governo ao início da II Guerra. O conflito progressivamente tomou um lugar central nas dinâmicas políticas do país e de sua população. Compreender a neutralidade argentina durante o conflito passa por entender os grupos que ocupavam o papel de tomada de decisões durante esse período da história no país, seus interesses e perspectivas sobre o conflito e a posição argentina no mundo durante e após a resolução da guerra.

Para compreender a neutralidade sob os governos da Concordância, precisamos discutir a partir de quais elementos essa política foi inicialmente constituída e como foi recebida pelas diferentes vertentes ideológicas e de influência

na sociedade argentina nos anos iniciais do conflito. Assim como a evolução dessas percepções e reações à condução específica dessa política pelos dois governos civis, com suas respectivas particularidades. De maneira central para a análise, está a influência dos nacionalismos nessa condução e a articulação entre os grupos políticos, tanto da situação quanto da oposição aos dois últimos governos conservadores, a crescente dessa corrente de pensamento.

2.1 O governo Ortiz e os interesses da neutralidade.

Com o governo de Ortiz, as elites conservadoras da Argentina reconheciam a necessidade de mudanças no arcabouço institucional e político criado para garantir seus interesses a partir do golpe de 1930. A opção de favorecer um reformista moderado para a Casa Rosada, balanceado pelo conservadorismo de seu vice-presidente, não se deu somente como uma resposta ao descrédito crescente sobre esse arcabouço. Para os grupos garantidores do poder político da Concordância, a possibilidade de que a insatisfação popular pudesse acabar por desencadear uma mudança no governo, em especial com a possibilidade de volta do radicalismo ao poder, representava um risco a seus interesses. Nesse sentido, seria desejável realizar uma reforma controlada da institucionalidade estabelecida para proteger a hegemonia conservadora durante a década infame, mas que ainda permitisse a sustentação dessa hegemonia.

Ao tratar dos grupos sustentadores do governo Ortiz, a principal base de sustento se manteve em relação aos primeiros anos da *Concordância*. O setor liberal-conservador, ligado especialmente ao setor da exportação agropecuária do país, continuou a representar a maior força de apoio ao regime político vigente na década de 30. Em relação aos seus interesses econômicos, esses setores da sociedade argentina tinham como preferência direta a manutenção e aprofundamento das relações entre o país e o Reino Unido. Foram os interesses dos produtores primários da Argentina os grandes beneficiados da assinatura do polêmico pacto Roca-Runciman no governo anterior, tendo grandes ganhos

financeiros a partir da intensificação do comércio transatlântico gerado em consequência desse acordo. (Corrigliano, 2009, p. 2-3)

Para a chancelaria, Ortiz indicou José Maria Cantillo, de tendência liberal e ligado ao radicalismo antipersonalista. Essa indicação logo assume uma enorme importância, dados os preparativos para a VIII Conferência Interamericana, a ser realizada em Lima em agosto de 1938. Essa conferência seria uma resposta direta do continente à escalada de tensões na Europa, representando o primeiro momento de exteriorização das políticas de Ortiz e a tentativa de articulação de uma posição americana única frente ao provável conflito a partir do continente europeu.

Na Conferência, cuja abertura foi realizada pela delegação argentina, os interesses da Argentina entravam em direto conflito com os dos EUA. Para os estadunidenses, a consolidação da política de boa vizinhança desenvolvida por Roosevelt na busca pela hegemonia dos EUA na região passava pela criação de mecanismos continentais compulsórios. Já para a Argentina, a maior necessidade era a de participar do movimento de colaboração continental, mas sem se comprometer com mecanismos obrigatórios ou que diminuíssem sua autonomia na definição de sua política externa. (Ferrer; Zhebit; Silva, 2017. p. 6-7)

A posição de relativo destaque diplomático argentino após a guerra do Chaco permitiu que a delegação platina atuasse com uma maior incidência sobre os rumos da conferência. O apoio paraguaio aos interesses argentinos, fruto do apoio ao país durante o conflito anterior, assim como boas relações comerciais e políticas, junto ao Uruguai e ao Brasil, fortaleciam a projeção geopolítica argentina frente ao cenário continental. (Doratioto, 2022. p. 4)

O resultado desse equilíbrio de forças foi a aprovação, ao final da conferência de Lima, de um documento que instalava as bases para a atuação solidária continental, mas sem compromissos ou instituições que efetivassem esse comprometimento. O documento final de Lima estabelecia a colaboração entre as repúblicas americanas em caso de ataque ou ameaça extracontinental, assim como um sistema de consulta entre as chancelarias dessas nações. Essa solução atingia os interesses argentinos ao não vincular sua política externa a compromissos automáticos ou instituições impositivas, enquanto servia como compromisso frente aos interesses dos EUA em um sistema americano mais robusto.

Apesar da aparente vitória diplomática argentina, o resultado do encontro já enunciava a disputa entre as diplomacias de Buenos Aires e Washington em torno do desenvolvimento do sistema americano. Durante a Conferência, a resistência argentina a comprometer-se com compromissos continentais mais profundos chegou a causar atritos entre as delegações platina e estadunidense, situação resolvida a partir da mediação brasileira, ao apresentar o primeiro rascunho da fórmula de consenso finalmente aprovada. (Ruiz Moreno, 1997, p. 44)

Ao se olhar para a sociedade argentina, o nacionalismo, que já vinha se fortalecendo ao longo da década de 1930, ganhou novo ímpeto durante os primeiros anos do governo Ortiz. O sentimento anti-imperialista, amplificado pela percepção da dependência comercial com o Reino Unido (Pacto Roca-Runciman), teve um terreno fértil para se desenvolver em resposta à matriz liberal-conservadora do regime. Essa crítica permitiu que os grupos nacionalistas, tanto de direita quanto de esquerda, se organizassem de forma mais capilarizada para disputar a agenda pública.

Essa crescente polarização social, alimentada por ideias transnacionais e uma cultura política que questionava o modelo de desenvolvimento do país, também se infiltrou nas Forças Armadas. Após o golpe de 1930, os militares haviam se posicionado como interventores diretos, e o nacionalismo, confirmando suas visões de grandeza argentina e de oposição ao liberalismo, encontrou um terreno fértil para se desenvolver entre eles.

Entre as direitas, o nacionalismo, que já vinha ganhando hegemonia a partir do golpe de 1930 e a ascensão de figuras como Uriburu, continuou a se fortalecer baseado em pilares como o catolicismo, o hispanismo, o anti-liberalismo e, em muitos casos, uma forte simpatia por regimes autoritários europeus (fascismo e nazismo). O nacionalismo de direita atraía setores conservadores, intelectuais e, crucialmente, elementos das Forças Armadas. Sua retórica enfatizava a ordem, a hierarquia, a tradição e a necessidade de resgate de uma “argentinidade” pura, muitas vezes em oposição a influências estrangeiras (especialmente anglo-saxãs e, em alguns casos, judaicas). A imprensa nacionalista, como o diário Reconquista, atuava como um importante vetor de difusão dessas ideias, criticando a submissão aos interesses externos e defendendo uma neutralidade estrita no cenário mundial, por vezes com um viés pró-Eixo já antes do conflito se iniciar. (Garcia, 2019, p. 59)

Já nos setores alinhados à esquerda do espectro político argentino, embora menos homogêneo, o nacionalismo, representado por grupos como a Fuerza de Orientación Radical de la Joven Argentina (FORJA) e setores socialistas, também experimentou um crescimento. Sua base ideológica era o anti-imperialismo, mas com foco na crítica ao domínio econômico e político dos Estados Unidos na América Latina e na defesa de um desenvolvimento nacional autônomo. Esses grupos, muitas vezes de origem radical e democrática, viam na neutralidade uma forma de afirmar a soberania argentina e resistir às pressões de alinhamento com as potências ocidentais. Eles criticavam a Concordância por sua subserviência aos interesses estrangeiros e buscavam resgatar a memória do radicalismo yrigoyenista, reinterpretando-a sob uma ótica nacionalista e popular. (Romero, 2017 p. 6)

A eclosão da Segunda Guerra Mundial em setembro de 1939⁶ marcou um novo e decisivo capítulo para a política externa argentina, colocando à prova a suposta tradição neutralista do país, consolidada pelas experiências da Primeira Guerra Mundial e da Guerra do Chaco. O governo de Roberto Ortiz, que havia assumido em 1938 com a promessa de uma restauração democrática e um perfil mais próximo às democracias ocidentais, viu-se confrontado com a complexidade de guiar o país em meio a um conflito de dimensões globais.

Com o início do conflito europeu, o governo platino se posiciona inicialmente pela declaração de neutralidade. Essa decisão não foi meramente uma formalidade diplomática frente a um conflito extracontinental, refletindo uma série de fatores internos e externos. Economicamente, a forte dependência do mercado britânico para suas exportações agropecuárias ditava a necessidade de manter as rotas comerciais abertas e evitar qualquer envolvimento que pudesse comprometer esses laços vitais desde os momentos iniciais de uma conflagração bélica entre potências navais. Politicamente, a memória da neutralidade “bem-sucedida” na Primeira Guerra Mundial, que teria permitido ganhos comerciais significativos, pesava fortemente em meio aos grupos oriundos do radicalismo na *Concordância*. A neutralidade, nesse contexto, representava uma linha de menor resistência para

⁶ Consideramos aqui o início da guerra como a invasão da Alemanha nazista à Polônia e a subsequente declaração de guerra do Reino Unido e França ao país, conforme definido por Weinberg (2005). Para abordagens centradas principalmente no desenvolvimento do cenário asiático, podemos considerar a definição de Beevor (2012), que atribui uma escalada do conflito ao período entre maio e setembro de 1939 com as hostilidades entre Japão, China e URSS.

equilibrar os interesses das bases econômicas e sociais do governo Ortiz. (Corrigliano,2009, p. 4)

Apesar desses fatores, o interesse inicial do governo Ortiz era a manutenção de uma linha de ação na política externa pragmática e independente. Embora os interesses econômicos e políticos dos grupos governistas se inclinassem à neutralidade, e os interesses dos reformistas moderados liderados por Ortiz a uma proximidade com o Reino Unido e a França, o governo compreendia a necessidade de poder atuar com uma maior liberdade no cenário internacional. Nesse cenário, a Argentina participa das articulações para a realização da primeira reunião estabelecida a partir dos mecanismos de consulta estabelecidos pela conferência de Lima.

Logo após o início da guerra, a necessidade de estabelecer uma postura continental conjunta levou à convocação da Primeira Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, conhecida como Conferência do Panamá, em setembro de 1939. A iniciativa seria um ponto crucial para a consolidação do sistema americano enquanto tentativa de unificação das posturas das nações do continente em suas políticas externas e, portanto, um palco de disputa entre os interesses nacionais e, especialmente, as aspirações de liderança ou hegemonia no contexto regional.

Durante a conferência do Panamá, podemos visualizar um conflito de interesses que continuaria a se intensificar com o decorrer da Segunda Guerra. O interesse estadunidense em consolidar sua liderança diplomática continental começaria a criar tensões com as aspirações argentinas de manter uma linha de atuação independente e afirmar sua própria visão de liderança no contexto regional.

Para os Estados Unidos, o objetivo principal com a reunião era avançar na construção de um consenso continental em relação não somente ao conflito, mas também nas relações em geral com as potências europeias, assegurando uma política de defesa conjunta e, nesse momento, a defesa da neutralidade em relação à guerra. A conferência seria uma oportunidade perfeita para consolidar sua liderança regional ao suplantando o papel das potências europeias em meio às nações americanas no momento em que suas principais preocupações estavam centradas na situação do Velho Continente. (SANCHÍS MUÑOZ, 1992, p. 51)

Nesse sentido, o departamento de estado dos EUA, dirigido por Cordell Hull, e sua delegação, chefiada pelo subsecretário Summer Welles, realizaram diversos esforços entre as representações diplomáticas para fechar uma agenda comum ao encontro. Para os estadunidenses, o sucesso da conferência dependia da definição da neutralidade a ser adotada pelas nações do continente - e as ações efetivas decorrentes dessa adoção - o estabelecimento de mecanismos de defesa e diplomacia para garantir essa neutralidade e a discussão sobre medidas econômicas para promover um maior intercâmbio regional para recuperar as perdas com a situação europeia. (Welles, Hull, 1939)

Inicialmente, esses interesses pareciam convergir com os objetivos argentinos. Contudo, a pressão sobre o governo Ortiz levou a uma busca por uma posição distinta da proposta estadunidense. Isso ocorreu apesar do desejo de defender a neutralidade e de participar dos mecanismos continentais para mantê-la, pois consideravam crucial proteger a autonomia do país na formulação de sua política externa.

No decorrer da conferência, o embate entre a posição dos EUA de aprofundamento do sistema continental e a posição argentina de manutenção do sistema já posto não impediu a construção de uma solução de consenso. O resultado objetivo da conferência foi a Declaração do Panamá, que delimitava uma atitude conjunta de neutralidade em relação à guerra europeia, aprofundando o conceito e estabelecendo linhas gerais de atuação dentro dessa neutralidade. Entre os pontos elencados destaca-se o estabelecimento de uma zona de segurança comum ao redor das Américas, buscando garantir a segurança ao comércio continental e a exclusão da região da zona do conflito, e a normalização de práticas comuns em relação a redes de inteligência, buscando diminuir sua influência, e o tratamento a navios dos países beligerantes.

Ao analisar o saldo da conferência panamenha, a solução apresentada beneficiou os interesses diplomáticos argentinos, garantindo também a satisfação dos principais pontos de interesse dos EUA e sua zona de influência. Mas a articulação entre essas duas visões distintas para o sistema regional, entre centralização e manutenção das autonomias, já demonstrava um polo de atrito entre as duas nações, apesar de atingidos os interesses argentinos na manutenção de

sua posição na diplomacia regional enquanto preservava sua margem de manobra frente às pressões de alinhamento com Washington.

Os atritos entre as visões destes dois países iriam somente se agravar durante o conflito. Mas essa disputa entre posições geopolíticas também revela a disputa interna entre narrativas e culturas políticas tanto no cenário estadunidense quanto no argentino. Nos EUA, as disputas internas ao poder e sua relação com a América Latina se davam entre os setores mais pragmáticos, no Panamá representados pelo subsecretário Summer Welles, e os setores que defendiam que o alinhamento latino-americano fosse tratado com maior ênfase, simbolizados desde esse momento na figura do secretário de estado Cordell Hull. Na Argentina, as tensões se orientavam em torno dos setores ligados diretamente ao presidente Ortiz e ao chanceler Cantillo, próximos aos exportadores agropecuários beneficiados pela relação então presente com a Inglaterra, e os nacionalistas, que apesar de defenderem a neutralidade viam como caminho a adoção de uma linha mais dura frente à influência estadunidense na região e à diversificação das relações exteriores do país. (Alves Junior, 2009, p. 110-116)

Analisando a Zona de Defesa Pan-Americana em si, a solução demonstra como o conceito de neutralidade trabalhado na conferência já apresentava desafios na sua interpretação. Apesar de seu objetivo de preservação das trocas comerciais e isolamento da região do conflito mais intenso, a própria natureza das economias americanas indicava um favorecimento natural dos aliados com essa decisão. A própria decisão de estabelecimento da zona, inédita em termos de reivindicação territorial coletiva, se consolidou como uma ferramenta flexível de política externa frente aos desafios da neutralidade. (Alves Junior, 2009, p. 116)

O primeiro teste das decisões da conferência do Panamá viria somente 3 meses após sua realização, quando as águas próximas à Argentina e ao Uruguai seriam palco para o primeiro confronto naval de grande escala da Segunda Guerra Mundial. O confronto, que ficou conhecido como Batalha do Rio da Prata, foi travado entre um encouraçado alemão e três cruzadores britânicos e resultou na derrota do

navio alemão.⁷ No entanto, o momento mais relevante para essa análise não se dá no conflito em si, mas em suas consequências políticas.

Após o conflito, o encouraçado *Graf Spee* atracou, fortemente danificado, no porto de Montevideu, ação essa que foi imediatamente seguida por articulações entre as nações americanas para reagir ao confronto. A batalha foi seguida por diversas manifestações e reclamações dos países americanos, em especial as iniciativas lideradas pelos EUA e pelo Uruguai, denunciando a violação da zona de neutralidade e da não beligerância dos países do continente. Após discussões diplomáticas, o período, definido pelo direito internacional, de três dias de permanência para reparos foi seguido no porto oriental. Não havendo possibilidade de executar os reparos necessários nesse período, o capitão do navio alemão optou por afundar o navio em águas internacionais próximas ao estuário do Rio da Prata e o internamento de sua tripulação em Buenos Aires.

Para a Argentina, a proximidade do conflito bélico gerou uma imediata necessidade de reafirmar sua neutralidade e garantir o cumprimento das normas internacionais. Buenos Aires concedeu os mesmos direitos de permanência e reparo aos navios britânicos e alemães. No entanto, a saga do *Graf Spee* e de sua tripulação em águas sul-americanas capturou a atenção da imprensa e da população, transformando o evento em um espetáculo midiático, alimentado também pelas controvérsias em torno do tratamento da tripulação internada no país e suas relações com a imprensa e redes de inteligência que somente cresceriam durante o conflito. (Tato, Romero, 2007. p. 43)

Nos setores da sociedade platina mais próximos aos Aliados, a vitória inglesa no conflito gerou um sentimento de euforia e reforço da visão de superioridade militar dessas potências. A propaganda interna em relação à batalha serviu como um incentivo para grupos, sejam populares ou de intelectuais, que favoreciam a causa aliada, incentivando manifestações e organizações em defesa da proximidade entre o país e esse lado na guerra.

Já para os setores alinhados mais proximamente aos interesses do eixo, especialmente os grupos e veículos de imprensa de viés nacionalista, a batalha foi

⁷ Os navios participantes do conflito foram, pelo lado alemão e britânico, respectivamente, os: encouraçado de bolso Almirante *Graf Spee*, e os cruzadores HMS *Exeter*, HMS *Ajax* e HMNZS *Achilles*.

encarada como exemplo prático das limitações de uma neutralidade tutelada pelos interesses ingleses e estadunidenses. Para esses grupos, era imperativo que o governo argentino reagisse de forma enérgica a essa violação da soberania e ajustasse o rumo da política externa, mantendo-se a neutralidade, em contraposição aos interesses tanto dos ingleses como dos EUA no país e na região.

Essas diferenças entre concepções e interpretações do conflito e da neutralidade em si já demonstram como a II Guerra Mundial se articulava na sociedade argentina não somente com um assunto da esfera da geopolítica global, mas também enquanto ferramenta de disputa da hegemonia social e do poder. O uso da neutralidade pelo governo Ortiz enquanto uma estratégia flexível de inserção no cenário global dá vazão institucional à visão de que a posição argentina durante o conflito poderia se tornar um mecanismo para avançar os interesses nacionais, reforçando um ideal do país platino enquanto liderança regional política, militar e diplomática. O efeito colateral dessa abordagem foi que essa mesma neutralidade se fortaleceu também como um catalisador da polarização política no país, gerando um clima de instabilidade prejudicial aos interesses reformistas moderados de Ortiz e seus aliados.

A batalha intensificou o debate interno na Argentina sobre o papel do país no conflito, acirrando as divisões entre aqueles que defendiam uma neutralidade a todo custo, seja por razões pragmáticas ou ideológicas, e aqueles que clamavam por um alinhamento com os Aliados. A postura pendular do governo Ortiz tornou-se ainda mais desafiadora em um cenário onde a guerra se aproximava das fronteiras continentais e as pressões internacionais se intensificavam.

Nas relações com os países em guerra, o episódio serviu como um lembrete da vulnerabilidade da região e da dificuldade de manter uma neutralidade absoluta. O incidente elevou a tensão diplomática, especialmente com a Alemanha, que tanto foi alvo de protestos das nações americanas como também levantou críticas em relação ao tratamento dado ao *Graf Spee* e sua tripulação. Para a Grã-Bretanha, o evento foi uma vitória de propaganda e estratégia, embora a Argentina tenha se mantido em sua posição de não beligerância.

Após a batalha do Rio da Prata, o presidente Ortiz continuou a executar uma política externa de neutralidade flexível com o propósito de expandir as opções de

atuação diplomática do país. Elemento essencial para viabilizar essa abordagem foi a expansão da influência de setores favoráveis aos aliados no gabinete e, principalmente, na chancelaria. O fortalecimento do chanceler ligado à UCRA José María Cantillo, demonstrava claramente o interesse do governo em utilizar a neutralidade como uma ferramenta de aproximação com os aliados estratégicos do país na Europa e no estabelecimento de relações mais favoráveis com os EUA. (Rapoport, 1996, p. 34)

A política externa do governo Ortiz durante os primeiros anos da Segunda Guerra Mundial pode ser entendida como uma “neutralidade pendular”. Esse conceito descreve uma postura que, embora oficialmente neutra, buscava uma margem de manobra e flexibilidade que permitisse ao país inclinar-se, sutilmente, em direção a um dos lados em conflito sem, contudo, romper formalmente a não beligerância. No caso do governo Ortiz, essa “pendularidade” manifestava-se na tentativa de conciliar os interesses econômicos vitais com a Grã-Bretanha e as crescentes pressões diplomáticas dos Estados Unidos enquanto se gerenciava a polarização interna. (Corrigliano, 2009. p. 24-26)

A intenção de Ortiz era manter os benefícios comerciais advindos da neutralidade, mas com uma inclinação mais favorável às democracias. Isso significava que, em certas ocasiões, o governo podia adotar medidas que, sem violar abertamente a neutralidade, beneficiavam indiretamente os Aliados ou respondiam às suas demandas.

Exemplo desta linha de atuação visando a aproximação com os aliados foram as articulações realizadas pelo governo argentino, ainda no início de 1940, visando alterar o posicionamento internacional do país para a não beligerância. A partir da Batalha do Rio da Prata, começa a se fortalecer no governo a visão de que a neutralidade estabelecida a partir das conferências de Lima e do Panamá seria incapaz de garantir a segurança dos países americanos e suas relações comerciais com a Europa e os EUA. Para os setores próximos a Ortiz, tornava-se necessário adotar uma posição que mantivesse a liberdade platina no conflito, mas que permitisse a tomada de decisões mais enfáticas na proteção dos interesses do país.

Nesse sentido, o governo argentino realizou consultas junto às diplomacias do Reino Unido e dos EUA para alterar a linha de atuação coletiva do continente em

relação ao conflito. A alteração da posição do país de neutralidade para não beligerância buscava ampliar as estratégias possíveis para influenciar o conflito, em especial nas relações com o Reino Unido. Ao abandonar a neutralidade, a Argentina passaria a poder exercer politicamente os conjuntos de direitos e deveres aplicados a nações dessa categoria, como a ancoragem de navios para reparos rápidos em portos neutros ou a proibição de colaboração com materiais militares no esforço de guerra de qualquer um dos lados. O ponto essencial seria então que a alteração da posição do país em suas relações exteriores preservaria o discurso ideológico do governo, de distanciamento do conflito e equilíbrio reformista, enquanto o desobrigaria a se apresentar como imparcial frente ao cenário externo. (Ruiz Moreno, 1997. pg. 51)

As articulações argentinas tiveram uma recepção negativa por parte tanto dos EUA quanto do Reino Unido. Para os ingleses, apesar de valiosa para o esforço de guerra, a contribuição argentina não justificava a dada indisposição com os EUA e sua pretensão de liderança das decisões continentais. Já para os norte-americanos, a proximidade de um novo ciclo eleitoral em novembro de 1940 impossibilitava alterar sua própria política ou concordar com a ruptura da mesma pelas nações do continente. (Corrigliano, 2009. p. 7-8)

Nas relações diplomáticas entre Inglaterra e EUA, a situação do conflito ainda não incitava a tomada de decisões mais drásticas, que interrompessem as contribuições estadunidenses, e em menor grau, do continente americano em si, para o esforço de guerra aliado. Essa mediação tripla, entre Argentina, EUA e Reino Unido, já demonstrava as relações triangulares que se estabeleceram em relação à posição platina no decorrer do conflito.

Com o fracasso das tratativas para um maior envolvimento do país e do continente na causa aliada, o governo sofreu ainda um novo golpe, desta vez interno, com o vazamento para a imprensa da existência dessa iniciativa e seu fracasso. Essas revelações se transformaram, similarmente ao resultado da batalha do Rio da Prata para os aliados, em um combustível para os jornais e grupos políticos próximos às nações do Eixo no país. Para esses setores, muito ligados ao nacionalismo, o abandono da neutralidade, enquanto política e símbolo, seria um

abandono também de um projeto autonomista frente aos interesses dos ingleses e norte-americanos.

Embora nesse momento, na sociedade argentina, os sentimentos favoráveis aos aliados fossem mais hegemônicos, o discurso de soberania e autodeterminação simbolizado pela manutenção da neutralidade dialogava com a visão, engendrada profundamente na identidade argentina, de liderança natural e grandeza da nação. Esse fator favoreceu para que, apesar de representarem grupos menores da disputa política, as posições favoráveis ao Eixo na imprensa, redes de inteligência e na sociedade se beneficiassem enormemente dos momentos de furor patriótico trazidos por casos como o vazamento das tratativas diplomáticas para o rompimento da neutralidade. (Tato, Romero, 2007, p. 39)

O discurso da neutralidade enquanto política pragmática liberal para beneficiar os setores produtivos, possibilitar o acesso a mercados e aumentar a legitimidade internacional do governo vai se enfraquecendo frente à sua ressignificação por novos setores sociais. A neutralidade enquanto discurso escapa da arena da política tradicional conservadora e começa a ser disputada pelos nacionalistas, sejam dos setores populares como o FORJA ou nos grupos próximos aos fascismos, pelas forças armadas e dos núcleos políticos favoráveis à utilização da guerra como estratégia desenvolvimentista. São esses grupos que começam a se apoderar do discurso neutralista e consolidar a neutralidade enquanto um símbolo importante para suas culturas políticas e formas de atuação. (Rapoport, 1996. p. 36)

A partir da queda da França, em junho de 1940, as posições internacionais em relação ao conflito começam a se alterar. Com a deterioração das posições aliadas e o fortalecimento do Eixo, tanto o Reino Unido quanto os EUA começam a orientar suas políticas externas em uma cooperação mais direta e na influência das nações americanas no mesmo sentido.

Com a preocupação pelas repercussões de uma possível vitória alemã no teatro europeu, os EUA passam a atuar para alimentar a resistência britânica na guerra, mas evitando o envolvimento direto no conflito. Essa política, que se tornou famosa sob o slogan “Arsenal da Democracia”, promovia o envio em massa de equipamentos militares e produtos básicos para o Reino Unido para impossibilitar a sua invasão pelas tropas alemãs. Nas relações com Buenos Aires, a falta de

sinergia entre Argentina e EUA se aprofundou com a realização de consultas, dessa vez pelo governo estadunidense, sobre a retomada das discussões para um maior envolvimento platino na causa aliada, o que foi então negado pelo governo argentino por já não possuir a mesma condição interna para isso, dado o acirramento das pressões nacionalistas pela manutenção da neutralidade. (Escudé, 1996. p. 24)

A “neutralidade pendular” de Roberto Ortiz, já uma estratégia complexa, foi significativamente afetada pela deterioração de sua saúde. A atuação do governo em momentos cruciais como as Conferências de Lima e do Panamá, a Batalha do Rio da Prata, e as controvérsias em torno dos vazamentos de informações sobre as negociações de política externa, ilustra claramente essa abordagem. Embora o governo argentino buscasse manter uma imparcialidade formal, o desfecho desses eventos e suas repercussões públicas inevitavelmente geraram simpatia por um lado do conflito e ressentimento pelo outro. Esse cenário intensificou a polarização na sociedade argentina, tornando o equilíbrio e a estabilização tarefas cada vez mais desafiadoras.

Desde meados de 1940, a diabetes de Ortiz se agravou consideravelmente, levando-o a uma cegueira progressiva. Essa condição física o incapacitou de exercer plenamente suas funções presidenciais, resultando em longos períodos de afastamento do cargo e na transferência progressiva *de facto* do poder para o vice-presidente Ramón Castillo a partir de julho de 1940. Essa debilitação de Ortiz não representou somente a transferência de poder para Castillo, mas também uma profunda alteração das bases de sustentação e operação do governo argentino.

2.2 Governo Castillo, neutralidade e a escalada de tensões.

A estratégia de Ortiz de estabelecer uma neutralidade flexível para navegar o conflito ao mesmo tempo em que defendia os interesses do país e a busca por legitimidade do governo sofria uma oposição interna ao próprio gabinete da *Concordância*. Para os setores mais conservadores e nacionalistas da coalizão, cujo protagonismo foi tomado por Castillo, as tentativas de aproximação indireta com os

aliados deveriam ser substituídas por uma neutralidade mais dura e equidistante. Essa posição representava não somente os interesses econômicos dos setores conservadores, mas também sofria uma influência crescente das organizações nacionalistas de direita, em especial nas forças armadas.

O progresso da doença de Ortiz criou um vácuo de poder na coalizão governista e uma crescente incerteza política sobre os rumos do país e da *Concordância*. A linha política de abertura interna e externa almejada pelo presidente eleito foi perdendo força sem a sua presença na liderança do processo político. Sem esse polo de influência na ideologia interna da coalizão, as ideias de uma neutralidade flexível orientada para uma aproximação com os Aliados e a busca por maior compatibilização com os EUA se afastaram rapidamente das prioridades conservadoras para os rumos do país.

Tendo assumido de fato o poder na Casa Rosada, o vice-presidente Castillo, um conservador tradicionalista, de origens ideológicas próximas ao nacionalismo hispânico de direita e defensor ferrenho de uma neutralidade estrita, obteve a capacidade de reorientar a linha de atuação interna e externa do governo. Não obstante essa mudança na liderança conservadora, a forma em que a transição de poder se deu, sem uma renúncia formal de Ortiz nesse momento, introduziu ainda mais instabilidades à organização da *Concordância*. A disputa não somente entre os setores internos da coalizão, mas também entre suas duas lideranças, instituiu inicialmente uma dualidade na condução dos assuntos de Estado entre a visão reformadora de Ortiz e o poder real de decisão de Castillo. (Escudé, 1996. p. 30)

Essa dualidade, que somente se resolveria em definitivo a partir de junho de 1942 com a renúncia oficial e em seguida falecimento de Roberto Ortiz, foi definidora na necessidade do novo mandatário de procurar e fortalecer novos grupos de apoio para garantir as mudanças almejadas na atuação do país. A ascensão de Ramón Castillo ao poder, inicialmente como vice e depois como sucessor de Roberto Ortiz, marcou uma guinada decisiva na política interna e externa argentina. Sua chegada ao poder não foi somente uma transição constitucional, mas o catalisador de uma reorientação substancial das forças no governo e da própria *Concordância*, com a progressiva marginalização das correntes mais liberais e pró-democráticas e a consolidação de um bloco mais conservador, nacionalista e, crucialmente, militarista.

O primeiro momento desafiador do novo governo em relação a suas posições internacionais foi a realização da II Segunda Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, realizada em Havana, Cuba, de 21 a 30 de julho de 1940, somente dias após o afastamento de Ortiz. A rápida queda da França e dos Países Baixos perante a ofensiva da Alemanha nazista criou um vácuo de poder sem precedentes, gerando uma ameaça direta e iminente ao Hemisfério Ocidental. As colônias europeias nas Américas, subitamente órfãs de suas metrópoles, tornaram-se potenciais ativos estratégicos para as potências do Eixo, desafiando diretamente os princípios fundamentais da Doutrina Monroe. Esse desafio direto aos interesses dos EUA no continente tornou essa reunião um momento de profundo teste da influência estadunidense e dos limites práticos da política de boa vizinhança propagandeada pelo governo Roosevelt. (Alves Junior, 2024. p. 3)

A conferência tornou-se o palco de uma disputa diplomática central: o choque ideológico e estratégico entre o impulso urgente dos Estados Unidos por um sistema vinculativo de segurança coletiva e a política profundamente enraizada de não vinculação da Argentina. O frágil consenso forjado em Havana representou um momento decisivo, que simultaneamente afirmou o potencial do pan-americanismo e expôs as profundas linhas de falha que continuariam a definir as relações interamericanas durante e após o conflito

O catalisador primário para a convocação da conferência foi a ocupação alemã de nações europeias que possuíam colônias nas Américas, especificamente a França e os Países Baixos. Esta situação levantou a ameaça real de que esses territórios pudessem ser transferidos para o controle alemão, um cenário que Washington considerava um risco de segurança inaceitável. As colônias, especialmente as localizadas no Caribe, eram estrategicamente vitais devido à sua proximidade com o Canal do Panamá e as principais rotas comerciais. Uma presença militar alemã na região constituiria uma ameaça direta ao território continental dos EUA e aos seus interesses hemisféricos. A urgência desta ameaça é evidenciada pela decisão dos EUA, em 17 de junho de 1940 — imediatamente após a queda da França —, de antecipar a data da conferência, originalmente prevista para outubro, demonstrando a gravidade com que a situação era percebida.

Partindo das estruturas políticas estabelecidas nas reuniões anteriores, a reunião de Havana buscou aprofundar a trajetória de aproximação e consolidação de um sistema político continental. No entanto, a tensão resultante desses encontros também se manteve na disputa entre a forma e, especialmente, a liderança dessa estrutura regional.

A delegação dos EUA, liderada pelo Secretário de Estado Cordell Hull, chegou a Havana com um objetivo: transformar o ideal pan-americano em um mecanismo de defesa funcional e coeso, sob a liderança de Washington. Hull e a administração Roosevelt não viam a guerra como um assunto europeu distante, mas como uma ameaça existencial aos valores democráticos e à segurança hemisférica.

Com essa visão em mente, era essencial garantir um acordo coletivo para impedir a transferência de colônias europeias e estabelecer um princípio de defesa mútua. Este esforço foi visto como a colheita dos frutos da política de boa vizinhança em conferências anteriores. O cerne da estratégia norte-americana em Havana foi transformar sua visão de não transferência, que proibia a transferência de territórios americanos entre potências europeias, em um compromisso pan-americano compartilhado e multilateral. Ao tornar a doutrina uma responsabilidade coletiva, os EUA poderiam legitimar qualquer ação potencial contra as colônias, enquadrando a questão a não como um interesse dos EUA, mas como uma questão de segurança hemisférica. (Alves Junior, 2024, p. 5)

Em relação à posição argentina, operava sob a nova e mais rígida direção política de Castillo. Essa mudança abrupta no comando do governo argentino consolidou a política de neutralidade estrita, manifestada na manutenção da posição tomada em encontros anteriores, eliminando maiores flexibilidades que a diplomacia de Ortiz poderia ter oferecido. Esta política baseava-se no desejo de liberdade de ação na política externa e na visão da Argentina como um ator global com interesses próprios, distintos dos dos Estados Unidos. Geopoliticamente, Castillo e seus aliados entendiam o país como um líder regional e um contrapeso natural à influência dos EUA na América do Sul. Seu objetivo diplomático e ideológico foi a tentativa de construção de um bloco de nações para resistir ao pan-americanismo liderado pelos EUA e fortalecer sua própria posição neutra. (Doratioto, 2022. p. 6-7)

A delegação argentina, representada por Leopoldo Melo, chegou a Havana com um mandato claro para resistir a quaisquer compromissos vinculativos e automáticos que comprometessem sua soberania ou a forçassem a entrar em um conflito. Embora a Argentina concordasse, em princípio, que um ataque a um Estado americano era um ataque a todos, ela insistiu crucialmente que a resposta de cada nação deveria ser uma questão de decisão individual, não uma ação coletiva compulsória. Essa reserva foi o cerne de sua oposição diplomática. Na conferência anterior, no Panamá, Melo já havia resistido a propostas dos EUA que, em sua visão, concederiam aos EUA uma liderança política e militar excessiva no hemisfério. Este padrão de resistência continuou em Havana.

A posição argentina foi fortalecida por uma divergência na própria aliança anglo-americana. Enquanto os EUA exerciam imensa pressão diplomática e econômica sobre a Argentina para que abandonasse a neutralidade, vendo-a progressivamente como um risco à segurança e um apoio tácito ao Eixo, a Grã-Bretanha dependia fortemente da carne argentina para alimentar sua população e sustentar seu esforço de guerra. Consequentemente, a política britânica era tolerar, mesmo que de forma implícita, a neutralidade argentina para proteger essas linhas de abastecimento vitais, e Londres se opunha a sanções fortes dos EUA contra Buenos Aires. A diplomacia argentina navegou nesta divisão oculta entre as duas principais potências aliadas, usando sua importância econômica para a Grã-Bretanha como um escudo contra a pressão dos EUA. (Bosoer, 2005. p. 73)

A estratégia dos EUA para a reunião encontrou forte resistência por parte da diplomacia portenha, e uma imposição direta da vontade de Washington teria destruído a fachada da boa vizinhança. Diante desse impasse, uma manobra foi empregada: negociar a apresentação de uma proposta de compromisso para um mandato coletivo sobre as colônias por parte da delegação brasileira. O Brasil, potência regional com boas relações tanto com os EUA quanto com a Argentina, era o intermediário perfeito. A proposta, embora inspirada pelos EUA, foi formalmente apresentada como uma iniciativa brasileira, tornando-a mais palatável para a Argentina e outras nações céticas. Essa estratégia diplomática, que pode ser chamada de “multilateralismo por procuração”, foi essencial para a garantia do sucesso do encontro. Os EUA usaram um parceiro regional chave para legitimar seus próprios objetivos políticos, criando a aparência de uma solução consensual e

liderada pela América Latina, preservando assim o espírito, se não a prática literal, da não intervenção. (Alves Junior, 2024, p. 6)

Em relação aos resultados da reunião, a solução de consenso destinada a superar as divergências apontadas em seu decorrer se consolidou em dois documentos principais: a Convenção sobre a Administração Provisória de Colônias e Possessões Europeias e a ata da conferência em si. O primeiro documento estabeleceu um quadro jurídico para uma tutela pan-americana coletiva para governar os territórios. Já a ata final da reunião foi organizada como uma declaração, não um tratado mais rígido, que estabelecia um comitê de emergência e autorizava qualquer nação americana ou grupo de nações a agir imediatamente para impedir uma tomada hostil de uma colônia, enquanto se aguardava o estabelecimento de uma tutela formal. Esta cláusula de emergência foi a principal vitória dos EUA, fornecendo um mecanismo para ação rápida, se necessário.

A declaração resultante da conferência também produziu uma declaração que codificou o princípio da segurança coletiva nas relações continentais. Ela afirmava formalmente que:

...qualquer atentado de um Estado não americano contra a integridade ou inviolabilidade do território, contra a soberania ou independência política de um Estado do continente americano, será considerado ato de agressão contra os demais Estados que assinam esta declaração.⁸

Embora essa linguagem fosse uma vitória para os EUA, ela continha um compromisso para satisfazer a Argentina: em caso de agressão, as nações “consultar-se-ão para acordar as medidas que considerem aconselhável tomar”. A linguagem de consulta era mais fraca do que a resposta militar automática e vinculativa que os EUA haviam buscado inicialmente, mas estabeleceu o princípio da solidariedade como a pedra angular da política hemisférica.

⁸ Acta Final De La Segunda Reunión De Consultas Entre Ministros De Relaciones Exteriores De Las Repúblicas Americanas, 1940, Biblioteca Digital de Tratados MREC, e Declaración de los delegados de la Argentina y Brasil - 2º Reunión de Consulta de los Ministros de Relaciones Exteriores, 1940, Biblioteca Digital de Tratados MREC

A Conferência de Havana foi um passo fundamental na evolução do pan-americanismo, de uma associação informal para uma arquitetura de segurança formal. O princípio de que um ataque a um é um ataque a todos, formalmente declarado em Havana, tornou-se o dogma central de todo o sistema do pós-guerra, sendo expandido em encontros diplomáticos posteriores.

Esse encontro foi marcado pelo acirramento das tensões entre as diplomacias dos EUA e da Argentina, e a aceleração das discordâncias políticas e ideológicas entre as culturas políticas dos dirigentes diplomáticos de ambos os países. É durante o encontro que a visão já negativa do Departamento de Estado estadunidense sobre o governo da *Concordância* se agrava. Para Hull, talvez o mais enfático nas suas desconfianças sobre as intenções argentinas, e Welles, o governo Castillo já começava como um possível empecilho para os interesses do país no Cone Sul e na América Latina na totalidade.

Ao final do encontro, apesar das dificuldades encontradas, ambas as nações conseguem ver seus objetivos gerais representados no texto final. Seja pela estruturação mínima de um sistema de defesa continental ou pela conquista do caráter consultivo das disposições adotadas. Apesar disso, a tensão crescente entre EUA, Argentina e seus respectivos projetos regionais não somente não foi resolvida como seguiria um caminho de agravamento a partir das discordâncias alimentadas em Havana. O consenso era frágil. O conflito profundo entre o desejo dos EUA por um bloco unificado e a defesa da soberania neutra por parte da Argentina foi adiado por um compromisso diplomático, mas não verdadeiramente resolvido. (Ruiz Moreno, 1997. p. 78)

Em decorrência dos mecanismos de defesa continental estabelecidos em Havana, os EUA iniciaram um processo interno que culminou na aprovação da lei de *Lend Lease* pelo Congresso do país. Para nossa análise, é crucial observar que a lei foi estendida para incluir investimentos em países latino-americanos. Este dispositivo foi utilizado pelos EUA para direcionar recursos a nações que se alinhassem à política estadunidense em relação ao conflito, como o Brasil (que recebeu quase 70% dos investimentos via *Lend Lease*), e para pressionar países com políticas divergentes, como a Argentina. (Escudé, 2009. p. 32)

Essa vitória condicionada foi essencial para que o novo governo reforçasse seus vínculos com os apoiadores nos setores pró-neutralidade do poder e demonstrasse o caráter que desejava imprimir ao seu período à frente da Casa Rosada. Com Castillo no comando, os grupos nacionalistas encontraram um terreno mais fértil para sua influência e ascensão. Diferentemente de Ortiz, que tentava moderar essas tendências em prol de uma maior abertura democrática, ainda que limitada pela realidade da Concordância, Castillo estava mais inclinado a aceitar e, por vezes, a cooptar essas correntes.

O nacionalismo de direita, em suas diversas vertentes (hispanica, católica, corporativista), oferecia uma base ideológica que complementava a aversão de Castillo ao liberalismo e ao comunismo, bem como seu ceticismo em relação à influência dos Estados Unidos. Essa aproximação se traduziu em maior espaço para figuras nacionalistas em cargos governamentais e na adoção de um discurso oficial que enfatizava a soberania nacional acima da solidariedade hemisférica ou alinhamento com potências estrangeiras. A imprensa e a propaganda oficiais, em consonância com essa reorientação, passaram a ecoar com mais frequência temas nacionalistas e anti-imperialistas.

Paralelamente à ascensão dos nacionalistas civis, e intrinsecamente ligada a ela, ocorreu um vertiginoso fortalecimento político das Forças Armadas. O militarismo, que já havia demonstrado seu poder com o golpe de 1930, consolidou-se como um ator incontornável da política argentina durante o governo Castillo. A preocupação com a defesa nacional em um cenário de guerra global, a necessidade de modernização militar e, sobretudo, a forte presença de oficiais com ideais nacionalistas e corporativistas, impulsionaram a influência castrense. Os militares viam-se como guardiões da nação e da soberania, desconfiando profundamente da política partidária e da fraude patriótica da Concordância, mas entendendo as possibilidades na aproximação com o governo. (Corrigliano, 2009. p. 15)

Setores importantes do Exército, em particular, simpatizavam com as ideias de ordem, disciplina e autoridade que eram propagadas pelos nacionalistas. Para esses setores, o contexto da guerra e os atritos com os EUA justificariam não somente uma defesa da neutralidade, mas um giro econômico e militar do país em

direção ao eixo. O Grupo de Oficiais Unidos (GOU), uma facção militar secreta que ganharia proeminência nos anos seguintes, já começava a articular-se nesse período, defendendo uma neutralidade intransigente e uma postura de Argentina para os argentinos.

Castillo, por sua vez, dependia do apoio militar para manter a estabilidade de seu governo, especialmente em face da crescente instabilidade interna e das pressões externas. Essa dependência mútua resultou em um empoderamento das Forças Armadas, que passaram a ter voz não somente em questões de defesa, mas também na formulação da política externa e interna. A defesa da neutralidade, para esses militares, era um ponto de honra e uma manifestação da soberania nacional, muitas vezes acompanhada de um sentimento anti-estadunidense e de uma crença na autossuficiência argentina. (Corrigliano, 2009. p. 16)

Na política externa, assume definitivamente em meados de 1941 o chanceler Enrique Ruiz Guiñazu, diplomata de carreira e simpatizante do regime franquista na Espanha e próximo aos setores nacionalistas da direita, em especial o nacionalismo católico, que viria a se popularizar como o chanceler da neutralidade. Essa alteração do grupo executor da política externa argentina ocasionou um endurecimento notável. A neutralidade pendular de Ortiz, que buscava um delicado equilíbrio e permitia certa flexibilidade em direção aos Aliados, foi substituída por uma postura mais rígida e inflexível. Castillo adotou uma interpretação estrita e formal da neutralidade, defendendo a não-intervenção em qualquer aspecto do conflito mundial e resistindo firmemente às crescentes pressões, principalmente dos Estados Unidos, para que a Argentina se envolvesse na causa aliada.

Essa rigidez diplomática refletia não somente as convicções pessoais de Castillo, mas também a influência dos setores nacionalistas e militares que ganhavam força em seu governo. Para esses grupos, a manutenção de uma neutralidade intransigente era vista como a verdadeira expressão da soberania nacional e uma forma de resistir ao que percebiam como a hegemonia dos Estados Unidos no continente. Diplomatas argentinos sob Castillo receberam instruções para evitar qualquer ação que pudesse ser interpretada como um favorecimento a qualquer lado, mesmo que isso implicasse no isolamento do país em conferências interamericanas e na deterioração de relações com nações-chave. Esse

endurecimento das relações exteriores sob Castillo intensificou a tensão com os Estados Unidos e aprofundou o isolamento diplomático da Argentina, preparando o cenário para os embates que viriam, especialmente na Reunião de Chanceleres do Rio de Janeiro.

A rigidez da política externa de Castillo era um espelho do seu crescente endurecimento interno do regime. Consciente da fragilidade de seu governo, que sofria de uma ausência de legitimidade popular plena, Castillo implementou uma série de medidas para controlar a oposição, silenciar a dissidência e centralizar o poder, consolidando um regime cada vez mais autoritário.

A relação com a oposição e o legislativo deteriorou-se progressivamente. As tentativas de Ortiz de restaurar a legalidade e coibir a fraude eleitoral foram abandonadas por Castillo. Pelo contrário, o governo intensificou a intervenção em províncias e a manipulação eleitoral para assegurar a vitória de candidatos governistas e manter o controle do Congresso. A oposição, composta principalmente por radicais e socialistas, viu suas margens de atuação reduzidas, sendo frequentemente alvo de perseguições e proibições. O legislativo, por sua vez, foi cada vez mais cooptado ou marginalizado, com a presidência de Castillo tomando decisões por decreto e ignorando a tramitação parlamentar quando esta representava um obstáculo (Ruiz Moreno, 1997. p. 131)

No que tange às manifestações sociais, o regime de Castillo adotou uma postura repressiva. Greves e protestos, que eram expressões da crescente insatisfação social e econômica, foram duramente reprimidos, visando desmobilizar qualquer movimento que desafiasse a ordem estabelecida. A instauração do estado de emergência em momentos de tensão foi uma ferramenta utilizada para suspender garantias constitucionais, facilitando prisões e perseguições políticas, e servindo como um claro sinal da intolerância do governo à dissidência. Entre os alvos progressivamente mais comuns dessa perseguição institucional estavam as associações e grupos declaradamente favoráveis aos aliados, que viam sua capacidade de atuação ser controlada pelos órgãos do Estado. (Ruiz Moreno, 1997. p. 133)

A imprensa, por sua vez, foi submetida a um controle crescente por meio da censura. Jornais e publicações que criticavam a política governamental, a neutralidade ou nutriam simpatias no conflito foram alvo de restrições, confiscos e, em alguns casos, fechamento. A propaganda oficial, por outro lado, era intensificada, buscando moldar a opinião pública e reforçar a imagem de um governo forte, soberano e defensor dos interesses nacionais, em consonância com o discurso nacionalista. Essa manipulação da informação visava não somente controlar a narrativa sobre a guerra e a neutralidade, mas também ocultar a crescente instabilidade interna do regime. (Tato, Romero. 2007. p. 35)

O governo Castillo promoveu uma crescente centralização do poder. A autonomia das províncias foi diminuída, o legislativo esvaziado, e a capacidade de organização da sociedade civil e da imprensa foi cerceada. Esse movimento de endurecimento e centralização tinha como objetivo primordial a manutenção do regime da Concordância e a defesa de sua política de neutralidade estrita, que se tornara um pilar ideológico do governo.

O ataque japonês a Pearl Harbor em 7 de dezembro de 1941 e a conseqüente entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial representaram um ponto de inflexão decisivo para o cenário geopolítico global e, particularmente, para a política de neutralidade argentina sob o governo Castillo. Até então, a guerra na Europa era percebida por muitos na Argentina como um conflito distante, embora suas repercussões econômicas e ideológicas fossem inegáveis. Com a entrada da maior potência do hemisfério ocidental no conflito, a pressão sobre a Argentina para que abandonasse sua neutralidade aumentou exponencialmente e de forma irreversível.

Pearl Harbor transformou a Segunda Guerra Mundial em um conflito direto para os Estados Unidos, alterando drasticamente o contexto no qual a Argentina buscava manter sua neutralidade. A partir desse momento, a política externa argentina de não beligerância tornou-se um desafio muito maior, com implicações crescentes para sua estabilidade política e econômica.

A beligerância dos EUA transformou o conflito europeu em uma questão de segurança hemisférica direta. Washington, que já vinha pressionando por uma maior

solidariedade continental em conferências anteriores (Panamá, Havana), agora exigia um alinhamento inequívoco de todas as repúblicas americanas. A neutralidade argentina passou a ser vista pelos EUA não somente como uma anomalia diplomática, mas como uma ameaça à unidade e à segurança do continente. Com os EUA plenamente engajados na guerra, os recursos diplomáticos e econômicos dedicados a pressionar a Argentina a romper com o Eixo foram intensificados. A política de bom vizinho deu lugar a uma diplomacia mais coercitiva, com ameaças de sanções econômicas, restrições comerciais e o isolamento diplomático crescente da Argentina. A meta era forçar Buenos Aires a declarar guerra ou, no mínimo, romper relações diplomáticas com a Alemanha, Itália e Japão. (Rapoport, 1996. p. 38)

Paradoxalmente, a intensificação da pressão externa levou Castillo a uma defesa ainda mais rígida da neutralidade. Para o presidente, ceder às exigências dos EUA seria uma submissão à hegemonia estrangeira e uma traição à soberania nacional, princípios que ele e os nacionalistas em seu governo prezavam. Essa postura, embora impopular para parte da sociedade e do espectro político, era consistente com sua visão autoritária e nacionalista de governo. A entrada dos EUA na guerra acirrou as divisões internas na Argentina. Os setores pró-Aliados e pró-EUA ganharam mais argumentos e força para pressionar pelo rompimento da neutralidade, enquanto os nacionalistas e os militares que defendiam a neutralidade estrita se sentiram ainda mais justificados em sua resistência. A polarização atingiu novos níveis, tornando a governabilidade mais complexa e evidenciando a crescente fragilidade do regime de Castillo.

A declaração de guerra dos EUA e a subsequente entrada de diversos países latino-americanos no conflito (ou o rompimento de relações) criaram o imperativo para a convocação da Terceira Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores no Rio de Janeiro, em janeiro de 1942. Este evento se tornaria o palco do confronto mais direto entre a política de neutralidade de Castillo e a doutrina pan-americana liderada por Washington.

2.3 A Reunião de Chanceleres do Rio de Janeiro (1942)

A Terceira Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, realizada no Rio de Janeiro em janeiro de 1942, representou o ápice das pressões dos Estados Unidos sobre a América Latina para a mobilização do continente no conflito e a ruptura por parte das nações latino-americanas das relações diplomáticas com as potências do Eixo após o ataque a Pearl Harbor e a entrada americana na Segunda Guerra Mundial. Para a Argentina, essa conferência se tornaria o palco de um confronto diplomático que consolidaria seu isolamento hemisférico e evidenciaria a inflexibilidade de sua política de neutralidade estrita.

A conferência foi convocada com o objetivo central de, para os EUA, alinhar o continente americano em uma frente unida contra o Eixo, exigindo que todas as nações americanas rompessem relações diplomáticas e declarassem guerra às potências do Eixo. Os EUA, representados principalmente pelo Secretário de Estado Cordell Hull e pelo Subsecretário de Estado Sumner Welles, buscavam consolidar o princípio da solidariedade interamericana e criar um bloco coeso que pudesse contribuir para o esforço de guerra aliado e eliminar quaisquer redes de espionagem ou focos de influência do Eixo no continente.

Por outro lado, a Argentina, liderada por Ramón Castillo e seu chanceler Guiñazu, tinha como interesse primordial a manutenção de sua neutralidade. Essa postura não era somente uma questão de princípio ideológico, baseada nos nacionalistas e militares que apoiavam Castillo mas também de pragmatismo econômico, dada a vital dependência argentina do mercado britânico e a crença de que a neutralidade garantiria a continuidade do comércio com todos os beligerantes e evitaria os custos de um conflito. O governo argentino via a pressão dos EUA como uma tentativa de submissão à sua hegemonia e de limitação de sua soberania e papel de liderança regional.

A reunião no Rio de Janeiro rapidamente se transformou em um duelo diplomático entre os Estados Unidos e a Argentina. Cordell Hull e Sumner Welles, representando a firme determinação de Washington, propuseram uma resolução obrigatória que instava todas as repúblicas americanas a romperem relações com o

Eixo. Eles argumentavam que a neutralidade em face da agressão era inaceitável e a unidade continental era imperativa para a defesa mútua. A delegação argentina, no entanto, se opôs veementemente à obrigatoriedade da medida. Castillo e Guiñazu defendiam o princípio da liberdade de ação soberana de cada nação para decidir sua própria política externa. Embora o Brasil e outras nações da América Latina estivessem inclinados a seguir a linha americana, a Argentina se manteve irredutível, argumentando que o rompimento de relações deveria ser uma decisão voluntária e não imposta. A proposta argentina visava a uma recomendação, não a uma imposição, permitindo que cada país escolhesse o momento e a forma de seu alinhamento. (Ruiz Moreno, 1997. p. 175)

A intransigência argentina em face da crescente unanimidade hemisférica levou a um progressivo isolamento do país. À medida que a maioria das nações latino-americanas expressava sua concordância com a necessidade de romper relações com o Eixo, a posição argentina tornou-se cada vez mais solitária. A pressão diplomática sobre Buenos Aires não veio somente de Washington, mas também de países vizinhos e de potências aliadas como a Grã-Bretanha, que, embora dependente dos produtos argentinos, também desejava um alinhamento mais claro e tinha como objetivo principal não antagonizar sua fundamental relação com os EUA durante o conflito. O Brasil, em particular, emergiu como um contraponto regional à Argentina, alinhando-se com os EUA e buscando consolidar sua própria posição de destaque no continente. (Elíbio Júnior, 2011. p. 12)

Após intensas negociações e uma forte oposição argentina à obrigatoriedade, a resolução final da Conferência do Rio de Janeiro foi formulada como uma recomendação para que os países americanos rompessem relações com as potências do Eixo, em vez de uma imposição. Embora a Argentina tenha conseguido evitar uma resolução de caráter obrigatório, o resultado foi uma vitória moral para os Estados Unidos, pois a vasta maioria das nações latino-americanas, exceto a Argentina e o Chile, rompeu relações logo após a conferência ou já o havia feito. Esse desfecho colocou a Argentina em uma posição de notório isolamento diplomático no continente, reforçando a percepção de sua obstinação e gerando as bases para futuras pressões e sanções.

As dinâmicas pessoais entre os principais negociadores também desempenharam um papel. Ramón Castillo, com sua rigidez e convicções nacionalistas, via em Cordell Hull e Sumner Welles os representantes de uma política imperialista americana à qual se opunha. Castillo confiava em seu chanceler, Enrique Ruiz Guiñazu, que compartilhava de sua visão de neutralidade estrita e era um hábil diplomata, mas com menor flexibilidade. Hull, por sua vez, representava a linha mais dura do Departamento de Estado americano, profundamente frustrado com a resistência argentina. As trocas diplomáticas eram permeadas por essa tensão pessoal e ideológica, onde a rigidez de Castillo, muitas vezes percebida como arrogância por Washington, chocava-se com a determinação americana de assegurar a solidariedade hemisférica. Essas relações, ou a falta delas, contribuíram para a intensificação do isolamento argentino e para a posterior campanha de pressão dos EUA contra o regime de Castillo. (Ruiz Moreno, 1997. p. 192)

2.4 Rumo ao Fim da Concordância e o Golpe de 1943

A Reunião de Chanceleres do Rio de Janeiro, em janeiro de 1942, marcou um ponto de não retorno para a política de neutralidade argentina e para a estabilidade do governo de Ramón Castillo. A partir desse momento, o regime da Concordância enfrentou um recrudescimento das pressões externas, que se somaram a uma escalada das tensões internas, pavimentando o caminho para a sua queda e o fim de uma era política.

O resultado da Conferência do Rio, que isolou diplomaticamente a Argentina da maioria do continente americano, foi somente o prenúncio de um aumento substancial nas pressões exercidas pelos Aliados, principalmente pelos Estados Unidos. Com a entrada dos EUA na guerra e o acirramento do conflito global, Washington intensificou sua campanha contra a neutralidade argentina, que era vista como um obstáculo à unidade hemisférica e uma potencial brecha para a espionagem e influência do Eixo. As pressões não se limitavam ao âmbito diplomático; incluíam também medidas econômicas coercitivas, como a aplicação de listas negras de empresas suspeitas de ligações com o Eixo e a restrição de acesso

a suprimentos vitais para a indústria argentina, buscando estrangular o país até que este cedesse.

A política de Castillo, ao defender a neutralidade estritamente, colidia com os projetos regionais dos Estados Unidos para a América Latina, que visavam à integração e à cooperação para o esforço de guerra. Enquanto o Brasil, por exemplo, se alinhava aos EUA e emergia como um parceiro estratégico na região, a Argentina, com sua ambição de liderança sul-americana, via-se cada vez mais isolada. A situação econômica também se tornou um fator de pressão externa.

Embora a guerra inicialmente trouxesse benefícios para as exportações agrícolas argentinas, a dependência do mercado britânico e a crescente dificuldade de obter suprimentos industriais e tecnológicos, cujo fornecimento não era crível fora das nações aliadas, criavam vulnerabilidades. A complexa relação triangular entre Reino Unido, EUA e Argentina tornou-se mais evidente: enquanto Londres dependia dos alimentos argentinos e exercia alguma moderação nas pressões americanas, Washington buscava um alinhamento total, usando o poder de seu mercado e sua influência diplomática para forçar a Argentina a abandonar sua neutralidade. Entre o Reino Unido e os EUA, apesar do papel das relações entre Londres e Buenos Aires, não era possível ou benéfico para os britânicos qualquer antagonização com o governo estadunidense, por seu papel essencial em uma nova fase do conflito.

Internamente, o governo Castillo enfrentava uma crescente insatisfação. A intransigência na política de neutralidade e o autoritarismo do regime minavam sua legitimidade. Setores liberais, democráticos e pró-Aliados, fortalecidos pela entrada dos EUA na guerra, intensificavam suas críticas ao governo, clamando pelo rompimento de relações com o Eixo e pelo alinhamento com as democracias. Manifestações e debates públicos evidenciavam essa polarização, e a repressão governamental só servia para aumentar o descontentamento.

Diante das crescentes pressões, tanto externas quanto internas, o governo Castillo optou por uma radicalização. Em vez de buscar conciliação, o regime endureceu suas posições, aprofundando o controle sobre a oposição, a imprensa e as manifestações sociais. O estado de emergência e a censura tornaram-se ferramentas frequentes para manter a ordem e silenciar a dissidência. Essa

radicalização, no entanto, somente exacerbou a crise política e aumentou a percepção de um governo ilegítimo e autoritário.

Paralelamente, o empoderamento dos militares atingiu um novo patamar. Dentro das Forças Armadas, especialmente no Exército, a influência de grupos nacionalistas (como o GOU) crescia exponencialmente. Esses militares, que viam na defesa intransigente da neutralidade um pilar da soberania, preocupavam-se cada vez mais com o desequilíbrio regional de poderes. A aproximação do Brasil com os EUA e sua crescente participação no esforço de guerra aliado eram entendidas como uma ameaça a uma simbólica hegemonia argentina no Cone Sul. Esse receio de perder sua proeminência regional, somado à desconfiança em relação aos políticos civis da Concordância e à sua alegada subserviência aos interesses estrangeiros, fortalecia a convicção militar de que uma intervenção era necessária para corrigir o rumo nacional. (Escudé, 2005. p. 11)

A progressão da guerra, com a virada do cenário bélico a favor dos Aliados a partir de 1942 em batalhas como Stalingrado e El Alamein, enfraquecia a posição dos defensores da neutralidade pró-Eixo e aumentava a inevitabilidade de um alinhamento. Essa conjuntura global intensificava as tensões internas no próprio governo Castillo. Embora o presidente mantivesse sua linha dura, havia facções e disputas entre os diversos grupos que compunham a Concordância, incluindo setores que reconheciam a necessidade de uma mudança de postura para evitar o colapso econômico e o completo isolamento.

Com o isolamento crescente na própria coalizão, o governo Castillo foi atingido por mais uma crise ao substituir o então ministro da guerra Gen. Pedro Ramirez, indicado especificamente pelos setores nacionalistas militares e influente no GOU, por participar de negociações com a oposição em torno da sucessão presidencial. A questão da sucessão tornou-se o estopim da crise. Com o mandato de Castillo se aproximando do fim, as manobras políticas para a escolha de seu sucessor, com a tentativa de impor um candidato que garantisse a continuidade de sua linha política e a manutenção da Concordância no poder, foram decisivas. Os militares, com uma influência notável no governo e insatisfeitos com a corrupção política, a ilegitimidade do regime e a percepção de que a política externa de Castillo estava prejudicando o país, não toleraram mais a situação. (Potash, 1984. p. 170)

É a partir dessa movimentação que cai, em 4 de junho de 1943, o governo Castillo de forma que, segundo Bosoer (2005, p. 97):

Se hacía eco, de este modo, de un descontento militar e de una impaciencia que le había restado al debilitado gobierno el único respaldo que le quedaba. Así es como cae, finalmente, el gobierno de Castillo en medio del descrédito público y la condenación externa, abrazado a la que habían sido sus gran obsesiones: la neutralidad frente a la guerra y la resistencia al avance de ideas y movimientos de cambio social.

O golpe de 1943 derrubou o governo de Ramón Castillo, pôs fim à Concordância e à Década Infame, e marcou o início de um período de regime militar que, inicialmente, manteve a neutralidade, mas que logo veria a ascensão de novas figuras e o redesenho da política argentina, com profundas consequências para a sua identidade e seu papel no mundo pós-guerra.

3. O GOU, os governos militares e a neutralidade. (1943-1945)

Este capítulo tem como objetivo analisar a evolução da política de neutralidade argentina durante os últimos anos da Segunda Guerra Mundial e os governos instaurados após o golpe militar de 1943. Esse período foi marcado por profundas transformações internas e pressões externas no contexto dos eventos que levariam o conflito mundial a seu desfecho. Nesse sentido, para se compreender os diferentes elementos constituintes da neutralidade argentina em seus momentos finais, é necessário compreender a trajetória e os elementos do GOU, enquanto grupo definidor dos governos após os golpes, as bases de sustentação e narrativas destes governos, e como os grupos e interesses em torno da sociedade argentina se articularam com o novo contexto em torno da neutralidade não somente enquanto política externa, mas também elemento simbólico de disputa pela hegemonia e pelo poder.

Aborda-se a ascensão do Grupo de Oficiais Unidos (GOU) e seu papel no golpe de 1943, analisando as motivações ideológicas e a estrutura desse grupo que influenciaria decisivamente os rumos do país. Em seguida, examinam-se os primeiros governos militares pós-golpe, liderados por Arturo Rawson e Pedro Ramirez, e as tensões inerentes à manutenção de uma neutralidade cada vez mais contestada no cenário global. Por fim, analisamos o governo de Edelmiro Farrell, a crescente influência de Juan Domingo Perón, as negociações que levaram à Conferência de Chapultepec em 1945 e, finalmente, o abandono da neutralidade, culminando na redefinição da política externa argentina e no surgimento do peronismo como força dominante no pós-guerra imediato.

3.1 O GOU e o golpe de 1943

O golpe de 4 de junho de 1943, que pôs fim ao governo conservador de Ramón Castillo e à Década Infame da *Concordância*, não foi um mero levante militar contra as políticas do governo, mas a expressão de um profundo descontentamento gestado no interior das Forças Armadas argentinas, impulsionado, em grande

medida, pela emergência de um grupo nacionalista de significativa influência: o Grupo de Oficiais Unidos (GOU). A ascensão do GOU, sua identidade e o papel que desempenhou na articulação do golpe são fundamentais para compreender a redefinição da política de neutralidade argentina nos anos subsequentes e como essa política se consolidou também enquanto elemento simbólico do nacionalismo argentino.

O GOU não era uma organização militar tradicional, mas um grupo secreto de oficiais do Exército, predominantemente de patente média e baixa, que se articulou clandestinamente nos anos que precederam o golpe de 1943. Sua composição era heterogênea em termos de origens, mas unida por um forte senso de propósito e por convicções ideológicas comuns.

Entre seus membros, destacavam-se figuras que seriam proeminentes na política argentina, como o então Coronel Juan Domingo Perón, bem como outros oficiais como Edelmiro Farrell, Enrique P. González e Franklin Lucero. Muitos de seus membros tiveram papel de destaque tanto na execução do golpe de 1930 contra o radicalismo quanto nas articulações dos militares durante os vários governos da *Concordância*, assim como a presença nas representações militares no exterior, tendo contato diplomático e político tanto com países Aliados quanto do Eixo. A natureza secreta do grupo visava garantir a coesão ideológica e a discrição necessária para suas ações conspiratórias contra o regime conservador que consideravam corrupto e ineficaz. (Bosoer, 2005. p.101)

A ideologia do GOU era um amálgama de nacionalismos, anti-liberalismo e anti-imperialismo, com um forte componente militarista e corporativista. Os membros do GOU compartilhavam a crença na necessidade de uma Argentina forte, soberana e autônoma, capaz de projetar sua liderança na América Latina. Inspirados por doutrinas nacionalistas europeias, desde o nacionalismo católico até simpatizantes dos regimes nazifascistas europeus, adaptadas à realidade argentina, defendiam um Estado forte, centralizado e interventor na economia e na sociedade. Para eles, a nação deveria prevalecer sobre os interesses partidários e individuais. (Potash, 1984. p. 176)

Para os membros do grupo, era comum o repúdio ao liberalismo democrático ou ao conservadorismo tradicional, associados à fraude patriótica da *Concordância*,

à submissão aos interesses externos, à decadência econômica e à corrupção política. Ao mesmo tempo em que criticavam grupos políticos como o radicalismo ou os socialistas por terem supostamente se associado ao projeto de renúncia de uma identidade nacional por meio de eventos como a adesão às associações favoráveis à causa aliada no país. Criticavam a fragilidade institucional e a falta de legitimidade dos governos civis, propondo um modelo político baseado na ordem, disciplina e na liderança militar para a superação da crise do país. No grupo existia uma simpatia por modelos corporativistas, que previam a organização da sociedade em torno de sindicatos e corporações controladas pelo Estado, em detrimento dos partidos políticos tradicionais. (Bosoer, 2005. p. 103)

Como pilar central para a identidade da organização, existia uma forte associação com as tradições vinculadas ao anti-imperialismo, especialmente no que tange à influência dos Estados Unidos. O GOU via com desconfiança a crescente hegemonia americana no continente e defendia uma política externa independente, que se traduzia na manutenção da neutralidade estrita na Segunda Guerra Mundial e a aspiração de construção de um bloco diplomático que permitisse a Argentina exercer sua posição natural de liderança regional. Para eles, ceder às pressões dos Aliados seria uma submissão à vontade estrangeira e uma traição à soberania argentina. (Potash, 1984, p.180-183)

Acima de tudo, o GOU acreditava no papel das Forças Armadas como guardiãs da nação, responsáveis por resgatar a moralidade pública e guiar o país para um destino de grandeza. O clima de descrédito em relação às instituições do país é palpável em documentos distribuídos aos membros do GOU, como nesta circular atribuída diretamente a Perón:

Es indudable que, cualquiera de las dos grandes tendencias que venciera en las elecciones, satisfaría los designios de las fuerzas que hoy se mueven ocultamente detrás de intereses inconfesables de la traición. ... De esta manera, el país no puede esperar solución alguna dentro de los recursos legales a disposición. El resultado de las elecciones no será en caso alguno beneficioso para él. ... La Ley ha pasado a ser el instrumento que los políticos ponen en acción para servir sus propios intereses en perjuicio del Estado. (POTASH, 1984, p. 187)

Percebe-se no discurso a forma na qual a narrativa ideológica do GOU se construiu, colocando as forças armadas nacionalistas como opção popular para a superação do sistema político da década de 30, no qual se inseriram tanto a situação quanto a oposição, e suas “oligarquias anti-nacionais”. A estratégia de Castillo de dar poder aos setores nacionalistas, principalmente nas forças armadas, mas agir na prática na tentativa de frustrar os desejos de mudança dessa classe, mantendo o sistema hegemônico pelos conservadores, cobrou seu preço ao tornar o próprio conservadorismo em um alvo do discurso mobilizador no pensamento político do GOU e demais organizações nacionalistas.

Embora fosse um grupo majoritariamente militar, o GOU estabeleceu relações com diversos grupos sociais e políticos que compartilhavam suas preocupações e aspirações. Houve uma notável aproximação com os nacionalistas civis, especialmente os de direita, hispanistas e católicos, que viam nos militares a força capaz de implementar as transformações que desejavam para o país. Essa associação permitiu ao grupo absorver a lógica de construção de um nacionalismo pensado enquanto discurso de massas, voltado à disputa não somente dos quadros envolvidos na luta pelo poder, mas da sociedade em geral. Essa simbiose entre o nacionalismo militar e civil foi crucial para a formação de uma base de apoio ideológico ao movimento. Além disso, setores da sociedade insatisfeitos com a corrupção e a ilegitimidade da Concordância, bem como aqueles que se opunham ao alinhamento com os Aliados, viam no GOU uma alternativa para a crise. (Romero, 2003. p. 164)

O GOU assume para si, então, enquanto identidade, a tarefa de unificar os setores nacionalistas dos vários polos ideológicos e se transformar na expressão política única desse sentimento anti-imperialista que se desenvolvia abertamente na sociedade argentina do período, em busca da consolidação de uma missão modernizadora da identidade e da prática nacional. Esse tipo de movimento não era inédito, iniciativas como o “*Diario Reconquista*” já tentavam assumir esse papel de agir como ponto de encontro da intelectualidade nacionalista em defesa da neutralidade, mas a aplicação dessa missão ideológica com a vontade e os meios claros de alcançar o poder transformaram o grupo em um espaço altamente chamativo para pensadores e ativistas, desde os nacionalistas populares (como alguns líderes radicais e da FORJA) até os nacionalistas cristãos alinhados ao

campo da direita e os setores que atuavam em algum sentido em prol do eixo na sociedade argentina. Em relação à sua narrativa interna, o grupo assumia o papel revisionista de ressignificar as relações entre história, poder e povo em busca da criação de uma nova identidade nacional, pautada em uma cultura política nacionalista e neutralista, como forma de superação do conservadorismo da década de 30.

O GOU conseguiu se articular no cenário de profunda crise política e social na Argentina dos últimos momentos da *Concordância*. O governo Castillo, marcado pelo autoritarismo, pela fraude eleitoral e pela intransigência na manutenção da neutralidade em um mundo em guerra, enfrentava crescente ilegitimidade. A saúde precária de Ortiz e sua posterior renúncia haviam consolidado Castillo na presidência, mas sem lhe conferir a legitimidade necessária para governar eficazmente. Na ausência dessa legitimidade, os militares nacionalistas puderam galgar posições e influência no gabinete conservador e se tornaram parte indispensável do apoio ao regime liderado por Castillo.

A questão da sucessão presidencial foi o ponto final das tensões. Castillo tentava impor um sucessor que garantisse a continuidade de sua linha política, não somente contrária ao projeto eleitoral representado por Ortiz, mas também de viés progressivamente autoritário. Essa manobra gerou insatisfação em amplos setores, incluindo os militares que viam a manutenção da estratégia de Castillo como mais uma fraude política. Para esses setores, após ganharem sucessivas concessões durante o processo de radicalização da gestão Castillo, a definição da sucessão presidencial não poderia se dar sob o controle dos conservadores e a manutenção dos nacionalistas somente como apoio à nova gestão.

Conjuntamente a essas tensões, a intensificação das pressões externas, sobretudo dos EUA, para a ruptura das relações diplomáticas com o Eixo, somada à percepção militar de um desequilíbrio regional, com o Brasil se fortalecendo militarmente atuando no favorecimento dos Aliados, aumentou a convicção do GOU de que uma intervenção era inevitável para salvar a nação e garantir sua soberania. Essa percepção encontraria apoio nos grupos sociais de oposição à *Concordância* e sinalizaria para o grupo que uma alteração no comando da Casa Rosada seria não somente possível, como também aceita nos âmbitos doméstico e externo.

Em 4 de junho de 1943, o GOU, atuando em conjunto com outras facções militares descontentes, executou o golpe de Estado que derrubou o governo de Ramón Castillo. A trajetória do golpe foi relativamente rápida: tropas militares marcharam sobre a Casa Rosada, e Castillo foi deposto sem grande resistência, se exilando posteriormente no Uruguai. O levante foi justificado publicamente como um ato de revolução para restaurar a moralidade pública, combater a corrupção e defender a soberania nacional. O golpe não representou, de imediato, uma mudança na política de neutralidade; ao contrário, a bandeira da neutralidade foi um dos lemas dos militares que ascenderam ao poder, vista como um pilar da independência argentina frente às potências estrangeiras.

Essa mobilização em torno da neutralidade não era, no entanto, hegemônica entre os grupos envolvidos com o golpe. Já no momento em que o golpe estava em curso, começaram a se intensificar disputas internas ao GOU e ao campo nacionalista entre duas abordagens à questão da neutralidade. Uma defendia a neutralidade enquanto ferramenta pragmática para superar o isolamento argentino desde o primeiro momento, conseguindo por parte das potências aliadas as garantias de apoio a uma modernização militar argentina e o encerramento das hostilidades comerciais e diplomáticas, em especial dos EUA. Já para o setor ligado de forma mais direta aos setores populares nacionalistas, a neutralidade deveria cumprir o mesmo papel, mas somente após ser utilizada como ferramenta ideológica para unificar o fragmentado nacionalismo argentino sob a liderança dos militares do GOU.

As reações internas ao golpe foram complexas e matizadas. Inicialmente, houve um certo alívio em parte da sociedade e da oposição liberal-democrática com a queda da desacreditada Concórdia e o fim da Década Infame. Após o exercício autoritário de Castillo, setores tanto de apoio ao governo quanto da oposição viam a oportunidade de uma nova lógica de governo como um caminho possível para uma normalização democrática junto a uma reorientação governamental capaz de superar a situação de isolamento diplomático e econômico do país.

No entanto, essa aceitação inicial deu lugar rapidamente à preocupação com o caráter autoritário do novo regime militar. Os setores nacionalistas, por outro lado, saudaram o golpe como uma vitória de suas ideias e uma oportunidade para a

Argentina reafirmar sua soberania. A imprensa, antes censurada por Castillo, inicialmente respirou, mas logo se viu sob um novo tipo de controle.

As reações externas foram, em sua maioria, de condenação ou cautela. Os Estados Unidos, em particular, viram o golpe com grande apreensão. Washington temia que o novo regime militar, com suas fortes inclinações nacionalistas e a defesa da neutralidade estrita, pudesse se tornar ainda mais refratário às pressões de alinhamento com os Aliados. A recusa do novo governo em romper imediatamente relações com o Eixo gerou uma imediata tensão diplomática com os EUA e a maioria das nações latino-americanas que já haviam se alinhado. A Grã-Bretanha, por sua vez, embora também preocupada, adotou uma postura mais pragmática, dada sua dependência contínua dos suprimentos argentinos. O golpe de 1943 não encerrou o debate sobre a neutralidade, mas o reconfigurou, colocando-o no centro de um novo regime militar que teria o GOU como uma de suas forças motrizes.

3.2 Os Primeiros Governos Militares e a Disputa pela Neutralidade

O golpe de 4 de junho de 1943 não somente derrubou o governo da Concordância, mas inaugurou um período de instabilidade política e intensa redefinição da política externa argentina, centralizada na questão da neutralidade. Os primeiros governos militares enfrentaram o desafio de conciliar a agenda nacionalista interna com as crescentes pressões internacionais em meio a um conflito mundial em seu auge.

O general Arturo Rawson foi o primeiro a assumir a presidência após o golpe. Sua breve gestão, que durou somente poucos dias, foi marcada por uma imediata expectativa, tanto interna quanto externa, de uma possível quebra da neutralidade argentina em favor dos Aliados. Setores liberais e democráticos na Argentina, que haviam apoiado a queda de Castillo, esperavam que o novo regime militar, ao remover o intransigente presidente, fosse capaz de ser um polo ativo na alteração da política externa.

Externamente, os Aliados nutriam a esperança de que Rawson, percebido como menos ideologicamente engajado que Castillo, pudesse alinhar o país com as democracias. Essa expectativa era sustentada por conversas diplomáticas entre os representantes do novo governo e dos países envolvidos no conflito. Membro do setor mais pragmático da conspiração militar, Rawson indicou, por meio de representantes das forças armadas nas embaixadas dos EUA e Reino Unido, que entendia a ruptura das relações e a reorientação da posição do país não somente como possível, mas desejável pelo novo governo. Essa mudança, no entanto, deveria ser acompanhada de gestos favoráveis para os objetivos do governo militar, como o relaxamento das pressões diplomáticas e econômicas e o comprometimento com a modernização militar do país e a restauração do equilíbrio geopolítico regional. (Rapoport, 1996 p.42)

Contudo, essa expectativa rapidamente se transformou em frustração para os Aliados. A neutralidade era um pilar fundamental para os militares nacionalistas que orquestraram o golpe, incluindo o GOU, que a viam como a própria essência da soberania nacional. Rawson, ao tentar nomear um gabinete que incluía figuras civis e alguns pró-Aliados, colidiu com a linha dura do GOU e de outros militares nacionalistas, que defendiam uma postura mais rígida e menos comprometida com as potências estrangeiras. A influência da ideologia militar nas relações se manifestava na priorização da autonomia argentina sobre qualquer alinhamento ideológico com os blocos em conflito. (Garcia, 2019. p. 61)

A incompatibilidade entre a visão de Rawson e a dos militares mais influentes do golpe, que tinham a neutralidade como um princípio inegociável, levou à sua rápida derrubada, evidenciando a força das correntes nacionalistas e o caráter anti-liberal do novo regime. Para os interlocutores do GOU no novo governo, a quebra da neutralidade era um ponto possível de negociação junto aos Aliados, mas o primeiro passo deveria ser dado por essas nações. Essa justificativa não era somente uma questão de orgulho nacional, mas também uma saída objetiva ao dilema do governo com seus apoiadores nos campos nacionalistas. Uma ruptura deveria ser acompanhada de conquistas tão expressivas que permitissem ao regime criar uma narrativa de vitória e não de concessão perante os interesses estrangeiros.

Com a deposição de Rawson, o general Pedro Pablo Ramirez, protagonista da crise que deflagrou o golpe militar, assumiu a presidência, marcando a consolidação do regime militar na Argentina. Seu governo (1943-1944) buscou implementar a visão nacionalista e autoritária que havia impulsionado o golpe, ao mesmo tempo em que lidava com as complexidades da política externa em tempos de guerra. A elevação de Rawson ao posto máximo do executivo representou um fortalecimento dos setores mais ideológicos do GOU e dos nacionalismos cívicos. (Romero, 2003. p.172)

Internamente, a ascensão de Ramirez não serviu para dar um fim às tensões, mas sim como um elemento de intensificação das disputas internas ao GOU e entre as diversas facções militares e nacionalistas pelo poder. Embora o GOU fosse a força motriz por trás do golpe, ele próprio abrigava nuances ideológicas. Havia uma disputa de posições no governo entre os nacionalistas moderados e os mais radicais em suas leituras da situação e das possibilidades ao redor da nova ordem. Enquanto alguns setores viam a neutralidade como uma estratégia pragmática para preservar os interesses argentinos, outros a interpretavam como uma rejeição ideológica ao liberalismo anglo-saxão e uma simpatia velada pelos regimes fascistas europeus. A linha dura, muitas vezes com simpatias pró-Eixo, ganhou terreno no governo, resultando na centralização do governo e fortalecimento do campo pró-Eixo na formulação da política externa. (Tato; Romero, 2007. p. 38)

Os esforços de radicalização do regime de Ramirez e seu governo se manifestaram no aprofundamento das políticas autoritárias. A repressão à oposição, incluindo setores do radicalismo e do socialismo, a censura à imprensa e a intervenção em universidades e sindicatos tornaram-se mais sistemáticas. A neutralidade, para o governo Ramirez, não era somente uma política externa, mas um componente ideológico central, uma neutralidade pragmática na balança entre as relações internacionais e a disputa interna pelo poder.

Enquanto o governo Ramirez consolidava seu poder interno e o giro do novo governo em direção aos setores anti-liberais, o contexto da Segunda Guerra continuava a se alterar com a constante deterioração da condição dos países do Eixo no conflito. As vitórias aliadas em frentes cruciais, como a Campanha do Norte da África, a partir do final de 1942, e o desembarque aliado na Sicília em 1943,

indicavam uma virada na guerra. Essa mudança no cenário global enfraquecia os argumentos dos setores pró-Eixo na Argentina e aumentava a urgência das pressões aliadas.

Os Estados Unidos, em particular, intensificaram sua investida diplomática, buscando quebrar o que consideravam o último reduto da influência do Eixo no continente. Washington percebeu que a ideia de um rompimento rápido da neutralidade argentina era improvável, dada a irredutibilidade de Castillo e, posteriormente, das demandas expressivas dos governos militares.

Nesse contexto, a preponderância da ideologia argentina de grandeza nacional entre os setores nacionalistas do governo militar serviu como um anteparo à pressão externa. A neutralidade era vista não como submissão, mas como a manifestação da autonomia e da liderança regional da Argentina. Essa crença, profundamente enraizada nas culturas políticas argentinas, gerava um ambiente de fortalecimento dos grupos mais radicais do governo. (Romero, 2003. p. 174)

A principal questão sobre a neutralidade passa a girar em torno da garantia de uma das principais obsessões da ala militar do governo: a igualdade política e militar na América Latina. No período, a Argentina ainda possuía equipamentos e estruturas militares adequadas, principalmente na marinha, mas a rápida industrialização do Brasil e seu desenvolvimento militar patrocinado pelos EUA preocupavam profundamente o setor militar argentino, entre eles especialmente os nacionalistas do GOU. (Rapoport, 1995. p. 45)

Para superar essa questão, o chanceler Segundo Storni, que apesar de ter origem militar, demonstrava notória simpatia pelos EUA e pelos Aliados, buscou estabelecer negociações tanto com os EUA quanto com o III Reich, visando romper o isolamento argentino e adquirir novos equipamentos militares. As negociações com o Eixo, entretanto, rapidamente se mostraram infrutíferas, devido à sobrecarga da indústria alemã e à deterioração de sua posição na guerra, o que impedia grandes investimentos por meio da Casa Rosada.

A alternativa, então, era amenizar as tensões com os EUA e integrar a Argentina ao sistema pan-americano de apoio à política externa estadunidense. Essas tratativas, inicialmente bem recebidas, logo se degradaram. Isso ocorreu

devido à resistência argentina em abandonar a neutralidade e à predominância, no Departamento de Estado dos EUA, da percepção de que a Argentina já se consolidara como um polo de nazificação nas Américas, devendo ser tratada com a máxima severidade política possível (Bosoer, 2005. p. 104).

Desenvolveu-se uma dinâmica de intensa disputa nas relações internacionais na busca por concessões. Os EUA exigiam o rompimento de relações, o controle de atividades do Eixo no país e o alinhamento com a solidariedade continental. A Argentina, por sua vez, buscava concessões econômicas e militares, como acesso a armamentos modernos, em troca de um possível, mas nunca garantido, abandono da neutralidade.

O impacto das relações interpessoais e dos indivíduos nos processos políticos voltou a se intensificar a partir desse momento. Figuras como Cordell Hull e Sumner Welles, ambos proponentes de uma forte visão pan-americanista e de solidariedade hemisférica lideradas pelos EUA, viam a Argentina como um obstáculo pessoal e ideológico à unidade continental. Suas estratégias e percepções influenciavam diretamente a política de Washington para Buenos Aires. Por parte dos argentinos, apesar das promessas de uma reorientação do país, o fortalecimento de figuras da linha dura do regime, assim como a radicalização dos discursos, dificultava uma virada nas relações.

As relações com os Estados Unidos alcançaram um ponto crítico após o Departamento de Estado divulgar comunicações entre o chanceler Storni e o secretário Cordell Hull. Essas comunicações revelavam discussões sobre uma iminente quebra da neutralidade argentina e os benefícios esperados por parte do governo argentino. O vazamento dessas conversas provocou uma forte reação do setor nacionalista, resultando na renúncia de Storni e, subsequentemente, dos demais membros pró-aliados do gabinete. Essa manobra de política externa, no mínimo controversa, por parte dos EUA, isolou a posição pró-aliados do governo argentino. Além disso, criou um fator de mobilização para grupos sociais e políticos defensores da neutralidade e da manutenção do GOU, fortalecendo suas alas mais à direita. (Corrigliano, 2009. p. 19)

Essa pressão externa e o endurecimento interno levaram ao enfraquecimento dos setores pró-Aliados no governo argentino. Aqueles que defendiam o rompimento

ou uma neutralidade mais favorável aos Aliados foram marginalizados, cedendo espaço aos nacionalistas mais radicais. No entanto, o governo também buscava uma retomada do foco regional enquanto projeto de expansão política argentina. A neutralidade e a força militar visavam não somente a defesa da soberania, mas também a afirmação de uma liderança no Cone Sul, em contraposição à influência crescente do Brasil e dos EUA na região.

É durante o processo de consolidação do regime e de estabelecimento das suas políticas de controle político sobre importantes setores como as universidades e os sindicatos que o coronel Juan Domingos Perón começa a se destacar e expandir sua influência no governo. Amigo pessoal do general Farrell, Perón é inicialmente alocado na subsecretaria do Ministério do Exército. É somente após ser introduzido a setores sindicais que buscavam a superação das limitações colocadas pelas medidas iniciais de controle sindical, implantadas por Ramirez a partir de alianças com o governo que articula a sua nomeação para o até então pouco relevante departamento do trabalho e posteriormente a uma secretária do trabalho com status de ministério. A partir dessa pasta, buscou-se converter em ponto focal das negociações dos sindicatos com o governo e agiu na promoção do fortalecimento de uma corrente sindical nacionalista alinhada com as ideias do GOU e dos nacionalistas populares, desconstruindo as capacidades dos sindicatos dirigidos por comunistas, sindicalistas revolucionários e opositores em geral da linha ideológica de sua ala do GOU. O ponto alto dessa relação entre Perón e os sindicatos foi a aprovação de uma série de medidas para a melhora das condições de trabalho e o fortalecimento das negociações coletivas. Essas medidas posteriormente agravaram as tensões crescentes no governo Ramirez e suas várias alas ideológicas. (Potash, 1984.p. 191)

O ciclo de intensificação dos conflitos nas relações internacionais continuou a colocar o governo Ramirez em xeque. Havia um descompasso entre as decisões do governo, os pensamentos ideológicos dos diversos grupos internos a ele e a real situação do conflito e do cenário internacional. Enquanto o regime insistia na neutralidade, a derrota iminente do Eixo tornava essa postura cada vez mais insustentável e custosa para a Argentina. O governo tentou diversificar apoio e fonte de materiais civis e militares, buscando contornar as restrições impostas pelos Aliados. Contudo, essa tarefa era cada vez mais difícil pela incapacidade

progressiva do Eixo de se comprometer com investimentos em uma situação desfavorável no conflito.

Um evento crucial que precipitou a queda de Ramirez foi o golpe militar na Bolívia em dezembro de 1943. O novo governo boliviano, liderado pelo GMNR (Movimento Nacionalista Revolucionário) e com o apoio declarado do governo militar argentino e do GOU, foi prontamente reconhecido por Buenos Aires. Essa ação gerou imediatas reações negativas ao golpe na Bolívia, principalmente dos Estados Unidos, que viram no apoio argentino uma prova de suas simpatias pró-Eixo e um movimento para estender a influência nacionalista na região. A deflagração da crise boliviana fortaleceu o receio da Casa Rosada de que o golpe no país vizinho se construísse no acontecimento final para uma intervenção direta dos EUA na Argentina, fosse ela militar ou diplomática. (Escudé, 2005. p. 5)

Diante do acirramento das tensões e da ameaça iminente de sanções americanas ainda mais severas, o governo Ramirez foi forçado a ceder. A pressão interna de setores empresariais, da oposição e mesmo de parte dos militares que compreendiam a inviabilidade da posição externa se tornou insustentável. Em 26 de janeiro de 1944, a Argentina anunciou a ruptura das relações com o Eixo.

A justificativa oficial para a ruptura foi a descoberta de uma suposta rede de espionagem do Eixo no país e na região, com a revelação de detalhes superdimensionados sobre a verdadeira influência dessa rede de inteligência. Embora houvesse atividades de espionagem do Eixo na Argentina, discutidas desde os governos da concordância, a dimensão e a ameaça real foram amplificadas pelo governo para fornecer uma razão aceitável para a mudança de política sem parecer uma rendição às pressões americanas.

No entanto, a ruptura gerou agitação e instabilidade política interna. Os nacionalistas mais radicais, que haviam defendido a neutralidade incondicional, sentiram-se traídos, e a base de apoio do regime se fragmentou ainda mais. A frustração da expectativa de melhora das relações com os Aliados também foi imediata, pois os Estados Unidos, ainda desconfiados e insatisfeitos com a relutância argentina e o caráter autoritário do governo, mantiveram sua linha de tensionamento. Washington exigia mais do que somente o rompimento de relações;

buscava um alinhamento total e a remoção dos elementos pró-Eixo do governo. (Corrigliano, 2009. p. 21)

É importante analisar por que a ruptura com o Eixo se tornou um problema político tão sério e como a neutralidade estava sendo estabelecida dentro do GOU e dos setores nacionalistas após o golpe de 1943. A intenção dos líderes do grupo de transformar a neutralidade em um elemento unificador no discurso político, visando unir os militares em torno de um mesmo ideal, é evidente. O neutralismo já estava presente no discurso do grupo desde sua formação. A neutralidade, como elemento chave para interpretar a situação internacional do país, aparece no discurso do grupo, conforme um memorando interno atribuído ao próprio Perón em julho de 1943, que afirma:

Todo enrolado a la obra del G.O.U. debe saber y sentir que nuestra neutralidade, es el símbolo de la Soberanía Nacional ante las presiones foráneas e que ella no constituye ni una adhesión ni un repudio, a ninguno de los bandos en lucha. (Potash, 1984, p. 124-125)

Esse descompasso levou ao colapso do apoio no regime ao presidente Ramirez e à sua substituição. No dia 24 de fevereiro de 1944, os setores do GOU liderados por Farrell, dissolvem oficialmente a organização e exigem a renúncia de Ramirez por meio da pressão militar. Embora o presidente tenha tentado organizar uma reação “à revolução dentro da revolução”, logo ficou claro o fracasso de sua manutenção no poder e, deixando clara a natureza de golpe da movimentação, renuncia oficialmente à presidência em 9 de março de 1944, assumindo, então, o até então ministro da guerra e vice-presidente, além de um dos arquitetos por trás do rompimento de relações com o eixo, o general Edelmiro Farrell. (Bosoer, 2005. p. 108)

3.3 O Governo Farrell, o fortalecimento de Perón e a Neutralidade Negociada

A sucessão de Pedro Pablo Ramirez por Edelmiro Farrell em fevereiro de 1944, após a crise gerada pela ruptura de relações com o Eixo, não representou uma ruptura com a orientação nacionalista e militarista do golpe de 1943. Ao contrário, o governo Farrell, com o crescimento exponencial da figura de Juan Domingo Perón e seu grupo mais radical, buscou uma forma de neutralidade negociada, em um cenário de isolamento crescente e da iminente derrota do Eixo na Segunda Guerra Mundial.

A ascensão do General Edelmiro Farrell à presidência, inicialmente como vice-presidente e Ministro da Guerra e depois como presidente efetivo, marcou a consolidação da linha mais pragmática e, ao mesmo tempo, nacionalista do regime militar. Farrell, um militar de carreira com fortes ligações com o Grupo de Oficiais Unidos (GOU), representava a ala militar que, apesar das visões ideológicas, compreendia a situação do conflito e a necessidade pragmática de modernizar as forças armadas frente à situação do pós- guerra e à reafirmação da soberania argentina.

Perón, que já havia demonstrado sua habilidade política na secretaria de trabalho do governo Ramirez, acumulou uma série de cargos cruciais sob Farrell: Secretário de Trabalho e Previdência, Ministro da Guerra e, a partir de julho de 1944, Vice-Presidente. Essa concentração de poder permitiu-lhe articular uma base de apoio social significativa, especialmente entre os trabalhadores mobilizados em torno do crescente sindicalismo nacionalista, e consolidar sua visão de uma Argentina neutralista e soberana. (Bosoer, 2005. p. 113)

O grupo de Farrell, portanto, era intrinsecamente ligado à ascensão de Perón, compartilhando a ideologia nacionalista do GOU, mas com uma crescente inclinação para uma neutralidade mais adaptável às novas realidades internacionais. Era esse grupo que, desde o golpe de 1943, representava os militares com maior trânsito entre os setores nacionalistas da sociedade civil e a maior preocupação tanto com a

criação de uma base ideológica para o movimento revolucionário quanto à utilização do contexto do país para a unificação do campo nacionalista.

O governo de Farrell herdou a falta de legitimidade internacional do regime militar iniciado em 1943. O golpe em si, seguido pela relutância em romper com o Eixo e, mais tarde, pela forma como a ruptura foi conduzida por Ramirez, resultou no isolamento político do governo argentino internacional e regionalmente. Muitos países, especialmente os Estados Unidos, se recusavam a reconhecer plenamente a legitimidade do governo Farrell, considerando-o uma ditadura militar com simpatias pelo Eixo.

Essa conjuntura de isolamento coincidia com o colapso definitivo da situação do Eixo na guerra. A partir de 1944, as vitórias aliadas na Europa, como o desembarque na Normandia e o avanço soviético, e no Pacífico tornaram a derrota da Alemanha e do Japão uma questão de tempo. Essa realidade pressionava ainda mais a Argentina, tornando sua neutralidade cada vez mais insustentável a níveis políticos e ideológicos. A persistência da neutralidade, em vez de ser vista como um ato de soberania, passava a ser interpretada como um desafio à ordem internacional emergente e, em alguns círculos, como um vestígio de simpatia pelo fascismo.

A relação entre Argentina e Estados Unidos, historicamente marcada por uma tradição de antipatia enraizada em aspirações regionais conflitantes e diferentes visões de ordem internacional, continuou a se deteriorar nesse período. O anti-americanismo enquanto cultura política, particularmente forte nos círculos nacionalistas argentinos, via a política pan-americana dos EUA como uma tentativa de hegemonia e de limitação da autonomia argentina. Essa antipatia histórica teve uma influência profunda nos processos políticos e ideológicos internos e externos do governo Farrell.

Havia um choque fundamental entre a cultura política predominante no governo dos EUA, liberal e orientada para a segurança coletiva e a solidariedade hemisférica, e a cultura política corporativista e baseada na visão de grandeza argentina predominante no campo nacionalista que dominava o governo militar. Os nacionalistas argentinos, incluindo o grupo de Farrell e Perón, defendiam uma Argentina forte, autossuficiente e com um papel de destaque na América Latina, o que frequentemente colidia com os objetivos estratégicos de Washington para a

região. A neutralidade, para eles, era uma afirmação dessa autonomia e um desafio à doutrina pan-americana imposta pelos EUA.

Apesar da ruptura argentina com o Eixo em janeiro de 1944, os Estados Unidos mantiveram e até intensificaram sua pressão sobre o governo Farrell. O papel dos indivíduos nesse processo foi crucial e a manutenção das leituras intransigentes tanto pelos representantes estadunidenses quanto argentinos dificultou qualquer aproximação. Suas visões de mundo e continente colidindo frontalmente.

No entanto, com a progressão da guerra e a iminência da vitória aliada, houve mudanças nas linhas das chancelarias aliadas, em especial dos EUA. A saída de Hull e a crescente influência de figuras como Nelson Rockefeller, que assumiu o cargo de Secretário de Estado Assistente para Assuntos das Repúblicas Americanas em 1944, indicaram uma alteração na abordagem americana. Rockefeller, com um perfil mais pragmático e focado em interesses econômicos e de segurança no pós-guerra, estava mais inclinado a buscar um *modus vivendi* com a Argentina, desde que Buenos Aires demonstrasse alguma concessão. Essa mudança abriu uma pequena janela para tentativas de descompressão e de quebrar o ciclo negativo por parte do governo argentino. (Escudé, 2005. p. 15)

O governo Farrell, principalmente por meio de Perón, explorou essas oportunidades para buscar um reconhecimento internacional e acesso a suprimentos vitais. Contudo, as reações a essas tentativas foram mistas e muitas vezes céticas, pois os EUA ainda exigiam sinais mais concretos de mudança democrática e alinhamento total. Diante do isolamento internacional e da pressão dos EUA, o governo Farrell buscou o fortalecimento do regionalismo enquanto arena para solucionar a questão argentina em uma estratégia para reafirmar a influência do país e negociar sua posição. A Argentina intensificou suas relações com nações vizinhas, buscando criar um bloco sul-americano que contrabalançasse a hegemonia dos EUA. Essa política regionalista, embora não necessariamente anti-EUA, buscava uma forma de independência na política externa já com vistas ao pós-guerra. (Bosoer, 2005. p. 116-117)

Nesse contexto de pressões externas e isolamento, a neutralidade argentina deixou de ser meramente uma postura intransigente e passou a ser uma

neutralidade negociada. Isso significava que o governo militar, ciente da inevitabilidade da derrota do Eixo e da necessidade de ser parte da ordem pós-guerra, buscava barganhar sua entrada no sistema internacional. As negociações envolviam concessões graduais, como a supressão de atividades do Eixo no país, o fechamento de escolas alemãs e a intervenção em empresas suspeitas, em troca de reconhecimento, acesso a armamentos e a possibilidade de participar das conferências de paz. A figura de Perón tornou-se central nesse processo de negociação, utilizando sua crescente influência para moldar essa política e preparar a Argentina para o cenário do pós-guerra.

3.4 A Conferência de Chapultepec (1945)

À medida que a Segunda Guerra Mundial se encaminhava para seu desfecho em 1945, o processo de isolamento da Argentina sob o governo militar de Farrell atingiu seu ponto crítico. A Conferência Interamericana sobre Problemas da Guerra e da Paz, realizada na Cidade do México, no Castelo de Chapultepec, em fevereiro e março de 1945, representou o momento decisivo para a reinserção da Argentina no sistema interamericano, após anos de tensões e desconfiança.

A preparação para Chapultepec foi precedida por intensas articulações secretas e bilaterais entre os Estados Unidos e a Argentina. Washington, representado por figuras como o Secretário de Estado Edward Stettinius Jr. e, crucialmente, por Nelson Rockefeller, então Secretário de Estado Assistente para Assuntos das Repúblicas Americanas, havia gradualmente abandonado a postura intransigente de Cordell Hull e Sumner Welles. A nova abordagem, mais pragmática e orientada para a situação global e continental após o conflito, reconhecia a importância estratégica da Argentina na América do Sul e a necessidade de sua reintegração para a unidade hemisférica. Os EUA buscavam evitar que o contínuo isolamento argentino pudesse empurrá-lo para alianças indesejáveis em um futuro próximo ou criar um foco de instabilidade no continente. (Escudé, 1995. p. 15)

Para a Argentina, sob a influência crescente de Juan Domingo Perón, essa abertura representava uma oportunidade vital para quebrar o isolamento diplomático

e garantir um lugar na futura ordem mundial. As negociações envolviam concessões graduais por parte de Buenos Aires, como a promessa de ações mais efetivas contra a influência do Eixo e, finalmente, a declaração de guerra.

A iminência da derrota do Eixo e a perspectiva de reinserção internacional forçaram uma reformulação ideológica no governo Farrell, entre seus apoiadores. Embora o nacionalismo e o anti-imperialismo continuassem a ser pilares, a retórica governamental começou a se adaptar à nova linha. A neutralidade, antes um símbolo de soberania, tornava-se um problema. O discurso oficial passou a enfatizar a solidariedade continental em face das novas ameaças, especialmente o comunismo, que os Estados Unidos já sinalizavam como o próximo grande adversário.

Perón, em particular, demonstrou uma notável capacidade de adaptação ideológica. Ele e outros líderes militares começaram a enquadrar as ações da Argentina como parte de um esforço maior pela segurança do hemisfério e pela defesa dos valores ocidentais, posicionando o país para a era pós-guerra. Essa flexibilização retórica foi essencial para criar as condições para a participação argentina nas deliberações continentais e o distensionamento das relações com os Aliados e as potências regionais.

A iniciativa para a convocatória da Conferência de Chapultepec partiu do México, com o apoio ativo dos Estados Unidos. A Argentina não foi inicialmente convidada, uma vez que as relações diplomáticas com Washington estavam congeladas, sendo utilizado o entendimento de que somente as nações participantes do esforço bélico estariam presentes. No entanto, as articulações para sua realização incluíram negociações nos bastidores para criar um mecanismo que permitisse a eventual participação argentina. Os EUA, pragmáticos diante do cenário de guerra e da necessidade de uma frente unida para a criação da futura Organização das Nações Unidas (ONU), utilizaram a conferência como oportunidade para avançar seu objetivo de aprofundamento das questões regionais em um mecanismo próprio e de rediscussão da situação argentina frente às demais nações. (Doratioto, 2022. p. 15-16)

A Conferência de Chapultepec teve como temas centrais a segurança hemisférica, a solidariedade continental diante da guerra, as bases para a paz e a

cooperação no pós-guerra, e a discussão sobre a criação de uma organização internacional que sucederia a Liga das Nações. As conclusões e documentos acordados foram formalizados na Ata de Chapultepec, documento central da reunião. Este documento solidificou no direito e na diplomacia regional princípios como a igualdade jurídica dos Estados, a não intervenção, a autodeterminação, a solução pacífica de controvérsias e, crucialmente, o entendimento de reciprocidade e solidariedade hemisférica.

Um dos pontos mais delicados e diplomaticamente complexos da conferência foi a articulação da permissão para a Argentina assinar posteriormente o documento final. Apesar das articulações de bastidores entre Washington e Buenos Aires, um fator essencial para essa concessão foi o sentimento entre importantes delegações americanas, como a do Brasil, de que o ciclo de tensionamento das relações entre os dois países havia chegado a um ponto sem justificativa. Essa percepção foi resultado tanto da chegada aos momentos derradeiros da II Guerra como também aos esforços platinos de rearticulação das relações regionais.

A Argentina não participou das sessões iniciais da conferência, mas foi-lhe dada a oportunidade de aderir aos acordos mediante a condição de declarar guerra contra as nações do Eixo. Isso permitiu ao governo argentino a ressignificação do abandono da neutralidade, transformando a rendição frente à pressão diplomática em um ato soberano de adesão à solidariedade continental.

A reinserção da Argentina no cenário regional e internacional era de grande importância para os interesses dos EUA no pós-guerra. Com a iminente derrota do Eixo, a atenção de Washington já se voltava para as novas dinâmicas globais, em especial a emergência da União Soviética (URSS) como uma superpotência e a necessidade de conter a expansão do comunismo e sua influência geopolítica.

Uma América Latina unida e alinhada era fundamental para a estratégia de contenção da influência da União Soviética no pós-guerra. A Argentina, com sua economia robusta e sua influência regional, era um ator-chave nesse tabuleiro. Os EUA também visavam diminuir a influência britânica na América Latina. Uma Argentina reintegrada e alinhada com os EUA poderia enfraquecer os laços econômicos e políticos históricos com o Reino Unido, consolidando a hegemonia americana no continente. A Argentina era um importante fornecedor de alimentos e

matérias-primas. Sua plena integração no sistema econômico liderado pelos EUA era desejável para a reconstrução pós-guerra e para a estabilidade econômica hemisférica.

Assim, a Conferência de Chapultepec não foi somente o desfecho da saga da neutralidade argentina na Segunda Guerra Mundial, mas também o prefácio de sua reinserção pragmática em um cenário internacional que já desenhava as novas dinâmicas da Guerra Fria, condicionada não somente às aspirações dos EUA para o papel da região, mas também às percepções das demais potências regionais sobre a identidade continental após um conflito onde seu espaço geográfico não havia sido palco central.

3.5 O Fim da Neutralidade, a Conferência de São Francisco e a Argentina do fim da guerra

A trajetória da neutralidade argentina, uma política externa de longa data e um pilar da identidade nacional em tempos de guerra, chegou ao seu desfecho formal em março de 1945. Contudo, o fim da neutralidade não representou meramente um ajuste diplomático, mas o prelúdio de profundas transformações políticas, sociais e ideológicas que marcariam a Argentina no imediato pós-guerra, culminando na ascensão do peronismo.

A decisão final pela declaração de guerra da Argentina ao Eixo foi resultado de um complexo jogo de discussões internas e externas. Internamente, setores do governo militar e da sociedade, especialmente aqueles ligados a Perón, compreendiam a inevitabilidade de um alinhamento para garantir a participação do país na ordem pós-guerra e acesso a recursos vitais.

Externamente, a pressão dos Estados Unidos, que não cessou após Chapultepec, aliada ao desejo de países latino-americanos de ver a Argentina plenamente integrada, foi determinante. A dinâmica política por trás da criação do consenso interno e externo para a declaração de guerra envolveu negociações com

Washington, que exigia uma adesão formal à causa aliada para permitir a entrada da Argentina na futura Organização das Nações Unidas.

Finalmente, em 27 de março de 1945, a Argentina declarou guerra à Alemanha e ao Japão. A dinâmica da declaração foi particular: a guerra ao Japão foi justificada pela agressão continental, remetendo ao ataque a Pearl Harbor em um gesto calculado de reconhecimento ao ataque sofrido pelos estadunidenses. A declaração contra a Alemanha Nazista e demais membros do Eixo foi apresentada como consequência de sua aliança com o Japão, evitando uma condenação direta da ideologia nazista que poderia ser impopular entre certos setores nacionalistas internos. Essa formulação permitiu ao governo militar manter uma certa ambiguidade ideológica, embora o ato fosse inequivocamente um alinhamento com os Aliados. (Bosoer, 2005. p. 118)

Somente um mês após a declaração de guerra, a adesão argentina ao conflito e a todas as provisões da ata de Chapultepec permitiu seu acesso à Conferência de São Francisco, reunião fundamental de formação da Organização das Nações Unidas. Apesar dos acordos firmados com as repúblicas americanas, em especial os EUA, essa adesão não se deu de forma automática. No contexto das discussões entre as potências vencedoras da II Guerra, a admissão argentina foi protagonista de uma disputa sobre o poder de influência sobre a nascente entidade.

Para a URSS, a admissão argentina, em sua opinião um estado que não somente havia atuado neutramente durante quase todo o conflito, mas que em sua neutralidade teria auxiliado direta e indiretamente as potências do Eixo, seria um rompimento dos acordos centrais para a construção da entidade. A delegação soviética ameaçava se colocar contrária ao acesso latino-americano, plano que era considerado pelas delegações inglesas e francesas. O principal objetivo sob o discurso narrativo seria privar os EUA de um aliado na organização, já que a admissão do país teve direto envolvimento da potência americana. (Morgenfeld, 2011, p. 10)

Esse impasse foi resolvido somente após articulações dos EUA com seus aliados geopolíticos europeus e a ameaça, liderada pelas delegações brasileiras e mexicanas, de formação de um bloco continental para barrar as também questionadas repúblicas satélites da União Soviética. Com a superação desse

obstáculo, a Argentina é ratificada como membro fundador da ONU. Espaço que demonstraria ser fundamental para a estratégia do país de reinserção nas relações continentais e globais.

Apesar dessa breve dissuasão de tensões, a partir da morte do presidente Roosevelt e a subida de Harry Truman ao poder, a linha dura volta ao poder no Departamento de Estado a partir de meados de 1945, retomando uma linha de ação forte e decisiva contra a Argentina e seu governo. Nesse mesmo período, começaram a avançar ativamente no país as discussões para a realização das eleições para a sucessão de Farrell em 1946.

Após a declaração de guerra, a situação do regime militar sob o governo Farrell, e especialmente a situação política, social e ideológica da sociedade argentina, do GOU e do governo, tornou-se ainda mais volátil. O ato de guerra, embora necessário para a reinserção internacional, gerou descontentamento entre os setores nacionalistas mais radicais, que viam a neutralidade como um princípio inegociável de soberania e consideravam a declaração uma rendição aos EUA.

No entanto, o período subsequente viu o triunfo político de Juan Domingo Perón. Perón, habilmente, navegou pelas disputas políticas, sociais e ideológicas internas. Ele havia utilizado sua posição nos governos militares para construir uma poderosa base de apoio popular por meio de políticas sociais e trabalhistas inovadoras. Enquanto a neutralidade se encerrava, Perón emergia não somente como uma figura militar influente, mas como um líder carismático com um projeto político-social próprio, capaz de transcender as tradicionais divisões partidárias. Sua capacidade de se adaptar às mudanças do cenário internacional, ao apoiar a declaração de guerra e negociar diretamente os acordos para reinserção diplomática do país, e, ao mesmo tempo, de apelar a um nacionalismo popular e socialmente engajado, o posicionou em uma situação dominante na política argentina dentro e fora do governo. (Corrigliano, 2009. pg 22)

O fim da neutralidade e o contexto do pós-guerra imediato foram cruciais na construção do peronismo e na redefinição das posições dos diversos grupos sociais e políticos na Argentina. A neutralidade, antes um ponto de discórdia, tornou-se um elemento com múltiplas interpretações. Para alguns, representava a teimosia de um regime autoritário; para outros, era o último bastião da soberania nacional.

A relação entre a neutralidade, os nacionalismos e o peronismo enquanto culturas políticas é complexa e fundamental. Perón soube absorver e ressignificar elementos dos diversos nacionalismos que floresceram na década de 1930 e durante os governos militares. Ele incorporou a defesa da soberania e do anti-imperialismo, antes associados à neutralidade estrita e ao anti-americanismo, mas a adaptou a um novo contexto internacional. O peronismo, em sua gênese, utilizou a retórica da Terceira Posição, nem capitalista, nem comunista – que ecoava e bebia das mesmas fontes da antiga neutralidade, mas com uma roupagem de autonomia e justiça social.

A transição da neutralidade para o peronismo não foi linear. A neutralidade, como um símbolo de resistência à hegemonia estrangeira, permaneceu no imaginário nacionalista, sendo reinterpretada por Perón para justificar uma política externa independente no cenário bipolar da Guerra Fria. Os nacionalismos, em suas diversas vertentes, ou se integraram ao movimento peronista, ou se tornaram oposições a ele, mas sempre com a questão da autonomia nacional e da relação com as grandes potências como um pano de fundo. A Argentina do pós-guerra imediato, com o fim formal da neutralidade, estava pronta para uma nova fase de sua história, profundamente moldada pela figura de Perón e pela complexa herança das décadas de instabilidade na busca por uma identidade e soberania plena.

Considerações Finais

Ao longo dessa pesquisa, a divisão em três capítulos permitiu capturar a complexidade da neutralidade argentina durante a Segunda Guerra Mundial. A análise da trajetória da neutralidade enquanto conceito revelou uma constante reconfiguração do seu significado, adaptado para servir a agendas políticas concorrentes. O primeiro capítulo, ao explorar as origens da tradição neutralista, demonstrou sua gênese ambivalente. A experiência da Primeira Guerra Mundial legou uma neutralidade ideológica, intensamente debatida na esfera pública, que polarizou a sociedade entre rupturistas, alinhados a uma visão de nação integrada à civilização ocidental, e neutralistas, que defendiam a autonomia nacional e os interesses pragmáticos. Em contraste, a Guerra do Chaco apresentou uma neutralidade elitista e pragmática, utilizada pelo governo conservador como uma ferramenta de projeção geopolítica para consolidar a influência regional argentina, com mínima mobilização social. Esta dualidade fundadora entre a neutralidade como valor ideológico e a neutralidade como instrumento geopolítico flexível forneceu o repertório conceitual que seria mobilizado e disputado durante a Segunda Guerra Mundial.

O segundo capítulo aprofundou-se na manifestação da neutralidade no regime da Concordância, detalhando a transição da neutralidade pendular de Roberto Ortiz para a neutralidade estrita de Ramón Castillo. A política de Ortiz, embora oficialmente neutra, buscava uma flexibilidade que permitisse uma aproximação sutil com os Aliados, refletindo tanto os interesses vitais do setor agroexportador ligado à Grã-Bretanha quanto as inclinações liberais do próprio presidente. A ascensão de Castillo, contudo, marcou uma virada decisiva. Sua política de neutralidade intransigente não foi somente uma mudança de rumo diplomático, mas a manifestação de uma luta pelo poder interno, na qual a rigidez externa serviu como elemento para consolidar uma base de poder autoritária e nacionalista. Como a análise demonstrou, foi essa inflexibilidade na Conferência do Rio de Janeiro em 1942 que conduziu ao isolamento diplomático do país e precipitou a crise que levaria ao fim do regime da Concordância.

Finalmente, o terceiro capítulo examinou a apropriação, política e simbólica, e o subsequente abandono estratégico da neutralidade pelo regime militar pós-1943. A investigação revelou como o Grupo de Oficiais Unidos (GOU) elevou a neutralidade à condição de dogma da soberania nacional, transformando-a no pilar do seu projeto político anti-liberal e anti-imperialista. Contudo, a realidade geopolítica — a pressão avassaladora dos Estados Unidos e a iminente derrota do Eixo — tornou este pilar ideológico um problema estratégico insustentável. O rumo político evoluiu, então, para uma neutralidade negociada, na qual o seu abandono se tornou uma moeda de troca para garantir a reinserção da Argentina na ordem internacional do pós-guerra. Este processo, articulado pela figura ascendente de Juan Domingo Perón e culminado com a adesão à Ata de Chapultepec e a declaração de guerra em 1945, não representou uma simples capitulação, mas uma transição estratégica que preparou o terreno para a ressignificação do ideal de autonomia nacional na ideologia peronista da Terceira Posição.

A pesquisa evidencia, portanto, que a neutralidade atuou como um acelerador político. Não foi somente um reflexo passivo das clivagens existentes, mas um catalisador ativo que as aprofundou. Ao forçar os diferentes grupos políticos e ideológicos a definirem os seus projetos de nação em relação à ordem global, o debate sobre a neutralidade intensificou o confronto entre as culturas políticas que buscavam a predominância na sociedade platina.

A defesa da neutralidade estrita por Castillo, por exemplo, serviu para marginalizar posições liberais e legitimar as Forças Armadas como as guardiãs da soberania. Este empoderamento, nascido da controvérsia sobre a política externa, forneceu ao GOU a justificação ideológica e a força política para executar o golpe de 1943. Assim, cada fase do debate não somente espelhou as divisões políticas, mas exacerbou-as, acelerando a crise do Estado liberal-conservador e abrindo caminho para a hegemonia do nacionalismo militar.

A estrutura da dissertação foi concebida para alcançar os objetivos propostos na introdução e os resultados da investigação confirmam o seu cumprimento. O primeiro objetivo, que visava analisar as origens da tradição neutralista, foi alcançado ao contrastar a experiência da Primeira Guerra Mundial com a da Guerra do Chaco, estabelecendo o legado ideológico e pragmático que baseou as políticas

posteriores. O segundo objetivo foi cumprido através da análise detalhada da transição da neutralidade pendular de Ortiz para a estrita de Castillo, demonstrando como esta rigidez conduziu ao isolamento diplomático e à crise do regime. O terceiro objetivo foi atingido ao examinar o papel central da neutralidade na ideologia do GOU, mostrando como ela se tornou um pilar da soberania que, paradoxalmente, se revelou insustentável face à realidade internacional. Por fim, o quarto objetivo foi alcançado ao detalhar o processo de neutralidade negociada, que culminou no seu abandono através da Ata de Chapultepec e a entrada da Argentina na guerra, um passo decisivo que permitiu a reinserção da Argentina na ordem do pós-guerra e permitiu a criação das oportunidades de protagonismo que levaram à ascensão de Perón.

Para além do cumprimento dos seus objetivos, a relevância desta dissertação reside nas suas contribuições para a historiografia. Sua principal força reside na integração de abordagens muitas vezes tratadas isoladamente: a história das relações exteriores, a história política e militar, e a história sociocultural e das ideias. Ao demonstrar de forma sistemática que, na Argentina neste período, a política externa era política interna, e vice-versa, o trabalho oferece um modelo de análise. Este modelo supera as limitações de se separar a esfera das relações internacionais das dinâmicas de poder domésticas, mostrando como as pressões externas são invariavelmente refratadas através dos prismas ideológicos e das disputas internas.

A pesquisa oferece uma reinterpretação do próprio conceito de neutralidade. Em vez de a tratar como uma escolha diplomática binária (pró-Eixo contra pró-Aliados), este trabalho enquadra a neutralidade como um significante flutuante, um conceito cujo significado foi ativamente construído e contestado por diferentes grupos para legitimar os seus próprios projetos de nação. Esta abordagem, alinhada com o referencial teórico da Nova História Política, busca facilitar a compreensão da profundidade ideológica por detrás das decisões de política externa.

Por fim, esta dissertação contribui com uma pré-história do peronismo. Argumenta-se que a evolução da neutralidade foi o processo onde se forjaram as condições para a sua emergência. O fracasso das abordagens liberal e conservadora-nacionalista para gerir a posição da Argentina no mundo criou um vácuo de poder e de projeto que o nacionalismo militar conseguiu preencher ao

ressignificar os princípios centrais de soberania e anti-imperialismo e adaptá-los à nova conjuntura ideológica da Argentina do pós-guerra.

Neste processo, a investigação revelou um profundo paradoxo da soberania. A busca intransigente por uma soberania absoluta através da neutralidade resultou, em última análise, numa profunda perda de autonomia. A política de neutralidade de Castillo, concebida como defesa da soberania nacional contra a pressão norte-americana, levou ao isolamento diplomático na Conferência do Rio e ao fortalecimento dos setores nacionalistas. Este isolamento, por sua vez, desencadeou sanções econômicas e uma pressão política que limitou severamente as opções do regime militar que se seguiu. Os governos de Ramirez e Farrell viram-se incapazes de desarticular a percepção de desequilíbrio militar regional ou de garantir um lugar na ordem do pós-guerra sem abandonar a mesma política que deveria garantir a sua liberdade de ação. A declaração de guerra em março de 1945, embora enquadrada como um ato soberano, foi a consequência direta desta pressão coerciva, forçando a Argentina a alinhar-se sob termos largamente ditados pelos Aliados. Assim, a perseguição rígida de um ideal abstrato de soberania conduziu a uma perda concreta de soberania prática, uma lição fundamental sobre os constrangimentos do realismo periférico.

A compreensão do escopo e possibilidades de um trabalho de mestrado nos convoca também ao reconhecimento dos limites inerentes a uma investigação. Este trabalho não é exceção. Uma primeira limitação reside na natureza das fontes utilizadas. A análise de documentos do período, como as atas das conferências interamericanas e os manifestos políticos, foi, em grande medida, reconstruída a partir da bibliografia secundária consultada. Embora esta seja uma metodologia válida e comum numa dissertação de mestrado, a ausência de uma pesquisa arquivística direta, especialmente no que diz respeito às deliberações internas de grupos como o GOU, significa que certas nuances podem ter permanecido por explorar. Uma investigação futura, com acesso a arquivos militares e diplomáticos na Argentina, poderia aprofundar as conclusões aqui apresentadas.

A interpretação das motivações dos atores históricos, embora fundamentada no seu discurso público, suas tomadas de decisão e no contexto das suas culturas políticas, permanece um desafio inerente à prática historiográfica. Atribuir intenções

definitivas, especialmente a membros de uma organização clandestina e heterogênea como o GOU, é um exercício complexo. A análise apresentada oferece uma interpretação coerente e bem-sucedida, mas reconhece-se que é uma construção historiográfica, aberta a debates e a reinterpretações futuras.

A jornada de pesquisa em si foi um processo de descoberta intelectual complexo e, por muitas vezes, de difícil superação. O desafio inicial consistiu em superar uma narrativa puramente factual e cronológica dos eventos diplomáticos. O ponto de viragem metodológico foi a adoção do conceito de cultura política e do referencial da Nova História Política, que permitiram analisar a neutralidade não como uma mera política, mas como uma arena simbólica de disputa. Navegar pela rica, mas por vezes conflituosa, produção historiográfica sobre o período, por exemplo, entre as interpretações de base econômica de Mario Rapoport e as abordagens culturais de María Inés Tato, exigiu um esforço constante de síntese. Este processo demonstrou que os interesses materiais e os valores ideológicos não eram mutuamente exclusivos, mas sim profundamente interligados na moldagem das diferentes fases e significados da neutralidade argentina.

Esta dissertação conclui que a política de neutralidade da Argentina durante a Segunda Guerra Mundial foi mais do que uma postura de política externa; foi também uma narrativa política através da qual a nação se debateu com a sua identidade, o seu lugar no mundo e o seu futuro. A sua evolução, de uma estratégia econômica a um elemento ideológico, e o seu colapso final, não coincidiu simplesmente com a crise do Estado conservador e a ascensão do poder militar, mas também foi mecanismo que catalisou estas transformações. Ao criar um vácuo de projeto nacional que nem o liberalismo nem o nacionalismo conservador conseguiram preencher, a progressão da neutralidade, enquanto conceito, política e narrativa, abriu o espaço político e ideológico para a emergência do nacionalismo e, posteriormente, do peronismo como força significativa na Argentina moderna.

A partir das conclusões e dos limites desta investigação, emergem novos e promissores horizontes de pesquisa que podem aprofundar a compreensão deste período crítico. Busca-se aqui somente exemplificar algumas trajetórias que podem gerar resultados significativos ao estudo do tema.

Primeiramente, a realização de estudos comparativos afigura-se como um passo lógico. Como se compara a experiência da neutralidade argentina com a de outras nações latino-americanas que adotaram posturas semelhantes, como o Chile? Uma análise comparativa poderia revelar padrões regionais mais amplos na forma como os Estados periféricos navegaram os conflitos entre as grandes potências e o papel desempenhado pelo nacionalismo nesse processo.

Em segundo lugar, a dimensão interna do conservadorismo autoritário e do nacionalismo militar merece uma investigação mais aprofundada. Embora este estudo tenha abordado a questão, um trabalho dedicado ao projeto de reformas domésticas e centralização do poder de Castillo e dos governos militares seria de grande valor. De que forma essas visões de sociedade e de modelo político moldaram as escolhas de política externa e a tomada de decisão de seus operadores?

Um terceiro caminho de investigação seria analisar a memória da neutralidade no discurso peronista e demais ideologias da Argentina pós-guerra. Como o legado complexo e, por vezes, contraditório da neutralidade na Segunda Guerra Mundial foi utilizado, reinterpretado ou silenciado no discurso político? Uma análise dos discursos, produções ideológicas e da propaganda governamental poderia traçar a vida póstuma deste conceito.

Finalmente, esta dissertação centrou-se, invariavelmente, nas elites políticas e militares detentoras da capacidade de tomada de decisão. Uma história a partir de baixo deste período permanece por escrever. Investigações futuras poderiam explorar como grupos não elitistas — trabalhadores industriais, comunidades de imigrantes (para além da sua menção no contexto da Primeira Guerra Mundial) e figuras culturais — vivenciaram, interpretaram e participaram nos debates públicos em torno da neutralidade, oferecendo uma perspectiva social mais rica e multifacetada sobre esta conjuntura decisiva da história argentina.

Referências

Referências Bibliográficas

ALVES JUNIOR, Alexandre Guilherme da Cruz. **Discursos Americanos de Cooperação**. 2009. 171 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

ALVES JUNIOR, Alexandre Guilherme Da Cruz. A política de boa vizinhança (1939-1945) revisitada. **Jamaxi**, v. 8, n. 1, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/jamaxi/article/view/7226>. Acesso em: 13 maio 2025.

ALVES JUNIOR, Alexandre Guilherme da Cruz. A POLÍTICA DE BOA VIZINHANÇA (1939-1945) REVISITADA . **Jamaxi**, [S. l.], v. 8, n. 1, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/jamaxi/article/view/7226>. Acesso em: 14 out. 2025.

BANDEIRA, Moniz. **Estado nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)**. 2. ed. São Paulo: Ensaio, 1995.

BEEVOR, Antony. **The Second World War**. New York: Back Bay Books, 2012.

BOSOER, Fabián. **Generales y embajadores: una historia de las diplomacias paralelas en la Argentina**. Buenos Aires: Vergara/Grupo Zeta, 2005.

CORRIGLIANO, Francisco. La Argentina Frente a La Segunda Guerra Mundial. **Todo es Historia**, Buenos Aires, n. 506, 2009.

DORATIOTO, Francisco F. M. A geopolítica platina da Argentina na Segunda Guerra Mundial. **História (São Paulo)**, v. 41, p. e2022024, 2022. Disponível em: <https://historiasp.franca.unesp.br/a-geopolitica-platina-da-argentina-na-segunda-guerra-mundial/>.

_____. As políticas da Argentina e do Brasil em relação à disputa boliviano-paraguaia pelo Chaco (1926-1938). In: FUNDAÇÃO CENTRO DE ESTUDOS BRASILEIROS (org.). **A visão do outro: seminário Brasil-Argentina**. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão: Fundación Centro de Estudios Brasileiros, 2000.

ELÍBIO JÚNIOR, Antônio M. Rumo ao conflito? Brasil e Argentina no contexto da II Guerra Mundial. In: 3º ENCONTRO NACIONAL ABRI 2011, 2011, São Paulo. Associação Brasileira de Relações Internacionais - Instituto de Relações Internacionais-USP

ESCODÉ, Carlos. Un enigma: la “irracionalidade” argentina frente a la Segunda Guerra Mundial. in *Estudios interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*. Revista

do The Sverdlin Institute for Latin American History and Culture – Tel Aviv University, v. 6, n.2, 1995. Disponível em: <http://eial.tau.ac.il/index.php/eial/article/view/119>

_____. La traición a los derechos humanos. In: JALABE, Silvia Ruth (org.). **La política exterior argentina y sus protagonistas: 1880-1995**. Buenos Aires: Nuevo Hacer, 1996.

_____. The US destabilization and economic boycott of Argentina of the 1940s, revisited. **Serie Documentos de Trabajo**, Buenos Aires, n. 323, 2005.

_____. Realismo periférico: una filosofía de política exterior para estados débiles. [s.l.] : Buenos Aires Univ. del CEMA 2009, 2009.

FERRER, José Luis P.; ZHEBIT, Alexander; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Sobre as políticas externas da Argentina, do Brasil e do Chile com relação à Alemanha, aos Estados Unidos e à Itália entre a Conferência de Lima e a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1938-1942). **Diálogos**, v. 16, n. 2, p. 547-569, 2017. Disponível em: <https://eduem.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/36148>.

FUENTES CODERA, Maximiliano. **Spain and Argentina in the First World War: transnational neutralities**. Londres; Nova Iorque: Routledge/Taylor & Francis Group, 2021. (Routledge studies in First World War history).

GARCIA, Gonzalo Rubio. La trinchera del diario Reconquista: revisionismo histórico, antiimperialismo y neutralismo en Argentina ante la Segunda Guerra Mundial. **Revista Cuadernos de Marte**, Buenos Aires, ano 10, n. 16, 2019.

GOMES, Ângela de Castro. Política: história, ciência, cultura etc. Estudos Históricos - Historiografia, Rio de Janeiro, v.9, n° 17, p.59-84, 1996.

GUEVARA, Martina. Una reconsideración sobre los debates historiográficos de la identidad nacional en Argentina (1930-1943). **Revista Da Rede Intercatedras De História Contemporânea Da América Latina**, Córdoba, n. 9, p. 1–22, 2018. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/RIHALC/article/view/22119>.

MILZA, Pierre. Política interna e política externa. In: REMOND, René. Por uma história política. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 365-400. ISBN 85-225-0445-8.

MORGENFELD, Leandro. **Nelson A. Rockefeller and the normalization of Argentina-U.S. diplomatic relations in 1945**. Rockefeller Archive Center Research Reports Online, 2011. Disponível em: <https://rockarch.issuelab.org/resources/27915/27915.pdf>. Acesso em: 25 maio 2025.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In:_____(org.). Culturas políticas na história: novos estudos. Belo Horizonte, MG: Argumentvm, 2009. p. 13-39

PÉREZ STOCCO, Sandro. La neutralidad argentina en la Guerra del Chaco. *épocas*, n. 5, 2012. Disponível em: <https://p3.usal.edu.ar/index.php/epocas/article/view/1140>. Acesso em: 2 nov. 2023.

POCOCK, J. G. A. Linguagens do ideário político. São Paulo: Edusp, 2013.

POTASH, Robert A. Perón y el G.O.U: Documentos de una logia secreta. Editorial Sudamericana, 1984

RAPOPORT, Mario. Aliados o neutrales? la Argentina frente a la Segunda Guerra Mundial. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1988.

_____. Argentina y la Segunda Guerra Mundial mitos y realidades. *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, v. 6, n. 1, 1 jan. 1995.

_____. Imágenes de la política exterior argentina: tres enfoques tradicionales: 1930-1945. In: JALABE, Silvia Ruth (org.). *La política exterior argentina y sus protagonistas: 1880-1995*. Buenos Aires: Nuevo Hacer, 1996.

RÉMOND, RENÉ Uma história presente. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 13-36.

_____. Do político. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 441-454.

ROMERO, Juan Manuel. FORJA y el antiimperialismo en la Argentina de los treinta. Programa Interuniversitario de Historia Política: Foros de Historia Política, Buenos Aires, n. 6, p. 1-18, 2017.

ROMERO, Luis Alberto. La nueva Argentina y la vieja Argentina, una mirada al siglo XX. In: CARDIM, Carlos Henrique et al. (org.). *Brasil-Argentina: a visão do outro: soberania e cultura política*. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais-IPRI/FUNAG, 2002.

_____. Breve historia contemporánea de Argentina. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica. 2016

RUÍZ MORENO, Isidoro J. **La neutralidad Argentina en la Segunda Guerra**. Buenos Aires: Emecé Editores, 1997.

SANCHÍS MUÑOZ, José R. La Argentina y la Segunda Guerra Mundial. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1992.

STORANI, Federico. La neutralidad activa: 1916-1930. In: JALABE, Silvia Ruth (org.). **La política exterior argentina y sus protagonistas: 1880-1995**. Buenos Aires: Nuevo Hacer, 1996.

TATO, Maria Inês. La disputa por la argentinidad: rupturistas y neutralistas durante la Primera Guerra Mundial. **Temas de historia argentina y americana**, n. 13, 2008. Disponível em: <https://repositorio.uca.edu.ar/handle/123456789/16117>.

_____. Nacionalismo e internacionalismo en la Argentina durante la Gran Guerra. **Projeto História**, v. 36, n. 1, 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2336>. Acesso em: 21 out. 2023.

TATO, Maria Inês; ROMERO, Luis Alberto. El ejemplo alemán: La prensa nacionalista y el Tercer Reich. **Revista Escuela de Historia**, Salta, n. 6, 2007.

TERÁN, Oscar. Historia de las ideas en la Argentina: diez lecciones iniciales, 1810-1980. Buenos Aires: Siglo XXI Editores. 2008

WEINBERG, Gerhard L. **A world at arms: a global history of World War II**. Cambridge; Nova Iorque: Cambridge University Press, 2005.

WINOCK, Michael. As ideias políticas. In: RÉMOND, René. Por uma história política. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 271-294. ISBN 85-225-0445-8.

ZUCCARINO, Maximiliano; VILAR, Gerardo Ariel. La rivalidad argentino-norteamericana y la Guerra del Chaco: una historia de confrontación y desconfianza. Un análisis de sus relaciones bilaterales en el marco de las negociaciones de paz de la mayor contienda armada sudamericana del siglo XX. **Estudios Avanzados**, Santiago de Chile, n. 19, p. 67-89, 2013.

Fontes Primárias

ACTA FINAL De La Segunda Reunión De Consultas Entre Ministros De Relaciones Exteriores De Las Repúblicas Americanas. **Biblioteca Digital de Tratados MREC**, 1940. Disponível em: https://tratados.cancilleria.gob.ar/tratado_multi_ficha.php?id=k6CrnQ==

DECLARACIÓN de los delegados de la Argentina y Brasil - 2° Reunión de Consulta de los Ministros de Relaciones Exteriores. **Biblioteca Digital de Tratados MREC**, 1940. Disponível em: https://tratados.cancilleria.gob.ar/tratado_ficha.php?id=152i

WELLES, Summer; HULL, Cordell. Foreign Relations of the United States, Diplomatic Papers, 1939, The American Republics, Volume V. In: NOBLE, George Bernard; PERKINS, E. R. (ed.). Washington: Government Printing Office, 1957. Documento 32. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1939v05/d32>.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, **João Marcos Pereira Grams**, declaro, para todos os efeitos, que o texto apresentado para a obtenção de grau de mestre foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado no todo ou em parte a este e/ou a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

Brasília, 28 de outubro de 2024.

JOÃO MARCOS PEREIRA GRAMS